



XVII Seminário dos Estudantes do PPGF-UFRJ

9 a 13 de novembro de 2009

Sala Celso Lemos, 3º andar, IFCS

Largo de São Francisco, 1, Centro, Rio de Janeiro, RJ

CADERNO DE RESUMOS



Fundação Universitária
José Bonifácio

www.ppgf.org
seminarioppgf.blogspot.com

PPGF^{UFRJ}



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Prezado Participante,

Você está recebendo o Caderno de Resumos do **XVII Seminário dos Estudantes do PPGF-UFRJ**. Nele estão presentes os resumos das cerca de 100 comunicações a serem apresentados na edição desse ano do Seminário. Dentre essas comunicações, há trabalhos oriundos de diversas instituições de ensino superior do Brasil, além daqueles, de interesse filosófico, advindos de áreas externas à Filosofia.

Como já é sabido, as comunicações começarão a cada dia às 8 horas e terminarão por volta das 20 horas. Por conta do alto número de participantes, solicitamos aos autores das comunicações **pontualidade e respeito aos horários prescritos**. Como já é usual em encontros de Filosofia, o tempo de apresentação é de **20 minutos** e ao final das comunicações de cada mesa, haverá tempo destinado a debate e colocação de perguntas pela plateia. Sabendo que o debate é talvez o momento mais relevante de um Seminário, convidamos todos a não apenas apresentarem suas comunicações, mas também participarem na plateia dos debates das outras mesas que, porventura, lhes venham a despertar o interesse.

Em vista disso, organizamos o Seminário de modo a, na medida do possível, manter próximas aquelas mesas cujos interesses sejam semelhantes. Grosso modo, obedecemos às linhas de pesquisa do Programa, nessa ordem: *Estética* (segunda-feira), *História da Filosofia* (terça e quarta-feiras), *Filosofia do Conhecimento e Filosofia da Mente* (quarta e quinta-feiras) e *Filosofia Prática* (quinta e sexta-feiras). Cientes de que alguns temas semelhantes ainda assim ficarão distantes entre si, refazemos nossos convites para que vocês participem nas plateias do Seminário, nos dias que não forem os de suas apresentações.

Este Caderno de Resumos segue a ordenação da Programação: os resumos estão dispostos na seqüência de apresentação das mesas. Para melhor encontrar os resumos de seu interesse, sugerimos que utilize o Sumário, em que estão indicadas as páginas de cada Mesa.

Desejamos a todos boas vindas,

Comissão Organizadora do XVII Seminário dos Estudantes do PPGF-UFRJ

Comissão Organizadora:

Catarina Alves dos Santos
Felipe Gonçalves Pinto
Getúlio Nascimento Braga Júnior
Leonardo Diniz do Couto
Paulo Mendes Taddei
Renato Nunes Bittencourt

SUMÁRIO

Segunda-feira, 09 de novembro de 2009.

Escola de Frankfurt	4
Filosofia e Literatura I	7
Filosofia e Literatura II	10
Estética Contemporânea	13
Deleuze e Bergson	16

Terça-feira, 10 de novembro de 2009.

Filosofia Antiga I	19
Filosofia Antiga II	22
Nietzsche I	26
Nietzsche II	29
Nietzsche III	32

Quarta-feira, 11 de novembro de 2009.

Heidegger	35
Filosofia Moderna	38
Empirismo, Empirismo Lógico e Ciência	41
Filosofia Analítica	44
Semântica	46

Quinta-feira, 12 de novembro de 2009.

Kant e Husserl	49
Spinoza	52
Ética e Filosofia do Direito	55
Metaética I	58
Metaética II	60

Sexta-feira, 13 de novembro de 2009.

Rousseau e Rawls	62
Filosofia Política	65
Foucault	68
Autonomia	71
Filosofia Política Aplicada	74

Mesa Escola de Frankfurt

Segunda-feira, 09 de novembro de 2009

Horário: 08:00 – 10:00

A Razão da Ficção ou a Ficção da Razão: uma Problematização da Abordagem Frankfurtiana aos Romances Sadianos

Ana Cristina Joaquim – UNICAMP

Trataremos de uma problematização da abordagem dada por Adorno e Horkheimer aos romances filosóficos sadianos, tal como ela se configura no segundo excurso. De acordo com os autores, Sade, juntamente com Nietzsche e Kant, seria um dos grandes realizadores do esclarecimento, uma vez que poderíamos flagrar, na sua obra, o indivíduo burguês liberto de toda a tutela, isto é, aquilo que Kant teria definido por sujeito esclarecido. Iniciaremos por uma contextualização do pensamento de Adorno e Horkheimer, tal como ele se configura em a *Dialética do esclarecimento*, já que a leitura empreendida por ambos não visa apenas a uma abordagem literária ou filosófica (stricto sensu), mas leva em consideração questões históricas e sociais, isto é, trata-se de uma análise da construção ideológica, resultante dos investimentos feitos na razão como mecanismo de salvação do homem. Feita essa contextualização, pretendemos levar em conta os aspectos ficcionais da obra, o que nos parece, estava um pouco distante do horizonte analítico dos autores. Veremos ainda, de que maneira essa descaracterização da obra sadiana, ou seja, a desconsideração do discurso literário (ficcional) tende a relacionar de maneira simples o discurso do autor com o discurso das personagens, este último, bastante polêmico e heterogêneo. Ademais, e talvez mais importante, essa relação entre ficção e realidade empreendida pelos autores, é feita sem mediações, no sentido de que a articulação entre a ficção sadiana e as questões políticas e morais que a circundariam (desde o advento da razão até os dias atuais), é praticamente direta, uma vez que não considera o papel da literariedade na complexificação dos fatores históricos e sociais. Não pretendemos, em absoluto, invalidar o diagnóstico a que chegam os autores, entretanto, acreditamos que, levando em conta o papel do engenho literário na formação da obra, também devemos considerá-lo nas repercussões da mesma.

Palavras-chave: filosofia, literatura, século XVIII, escola crítica

A constituição do pensamento do jovem Walter Benjamin

Wagner de Avila Quevedo - UNICAMP

O presente trabalho pretende apresentar o panorama de uma pesquisa de mestrado que se encontra já em fase de encerramento. Ela parte da leitura da tese de doutorado de Walter Benjamin (*O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*) para, a partir dos conceitos de reflexão e de crítica de arte dos românticos, compreender os desdobramentos dos mesmos na formação do pensamento de Benjamin até Origem do drama barroco alemão. Dentro deste contexto, o conceito de reflexão explorado por Benjamin remonta à filosofia de Fichte e sua recepção pelos românticos Friedrich Schlegel e Novalis. A partir de uma reconstituição geral do

panorama da filosofia alemã que vai de Kant aos românticos, esta pesquisa procurou resgatar o conceito de reflexão a partir de uma investigação orientada para uma história de problemas, como W. Benjamin a entende em sua tese. Procura-se mostrar o déficit da leitura de Benjamin bem como sua inovação ao desenvolver a teoria do conhecimento romântica fundada numa conexão infinita de reflexões ou teoria de estruturas de reflexão de um Eu-livre. Após este passo, a tarefa da presente pesquisa é tentar expor, dentro do pensamento de W. Benjamin, como se dá a garantia de uma leitura orientada para a história de problemas, para o que deverão ser mobilizados elementos de sua filosofia da linguagem e da história.

Palavras-chave: Walter Benjamin – romantismo alemão – reflexão – filosofia da história – linguagem.

O Fetichismo da Mercadoria Cultural e seus desdobramentos na obra “O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição” (1938) de T.W. Adorno

Fábio Cesar da Silva – UFOP

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o conceito de “fetichismo” no texto *O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição* (1938) de T.W. Adorno (1903-1906). Para isso, ter-se-á primeiramente que demonstrar como o uso desse conceito em Adorno não é uma mera recepção do termo “fetichismo da mercadoria”, localizado na obra *O Capital* (1867) de Karl Marx (1818-1883), mas sim, uma ampliação desse em “fetichismo da mercadoria cultural”. Segundo, estabelecer-se-á a relação desse conceito com a tese do capítulo “O conceito de Esclarecimento”, encontrado na *Dialética do Esclarecimento* (1947), obra conjunta de Adorno e M. Horkheimer (1885-1973). Nesse capítulo, os autores problematiza a separação entre as esferas da ciência e da arte, no capitalismo tardio, em que aquela predomina sobre essa. Tal confusão entre os paradigmas científicos e artísticos é chamada por Adorno de “pseudomorfose”, assim, demonstrar-se-á o entrelaçamento entre esse e o fetichismo, pois através dele se opera paradigmas não artísticos no consumo de bens culturais. Não obstante, mencionar-se-á como a ampliação conceitual é evidente, porque no texto analisado de Adorno de 1938 - mesmo sendo esse texto anterior à *Dialética do Esclarecimento*, em que os termos “indústria cultural” fora cunhado por Adorno e Horkheimer - já se encontra um dado novo no fetichismo que é sua co-determinação da psique.

Palavras-chave: Fetichismo; Fetichismo da Mercadoria; Fetichismo da Mercadoria; Cultural; Indústria Cultural; Teoria Crítica.

Walter Benjamin e a técnica

Pedro do Nascimento Ramos – PPGF-UFRJ

A proposta deste trabalho é analisar a relação entre a obra de arte e a técnica no pensamento de Walter Benjamin, apresentada ao público, paradigmaticamente, no texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de 1935. No entanto, diferente da maioria dos trabalhos

desenvolvidos sobre esse tema, que sempre acabam dando ênfase à reflexão estética benjaminiana – isto é, à reflexão concentrada no pólo da arte –, privilegiaremos aqui o plano da técnica. Qual é o papel da técnica na sociedade moderna para Benjamin? Que lugar ela ocupa na estrutura social e histórica do homem moderno?

Para nos auxiliar a pensar essas questões, utilizaremos como base teórica do trabalho as reflexões filosóficas de Martin Heidegger acerca da técnica. Dadas as óbvias diferenças entre os dois filósofos alemães, pretendemos mostrar que a técnica também ocupa um lugar privilegiado no pensamento de Benjamin. Na verdade, muito mais do que uma simples análise sobre a arte, Benjamin se propõe a pensar a própria essência do mundo moderno como técnica, e é só a partir daí que podem surgir as diversas implicações sobre o campo artístico, implicações essas que, como deixa bem claro o pensador marxista, acabam por transformar a essência da obra de arte na época atual.

Palavras-chave: Benjamin; técnica; estética; Heidegger.

Mesa Filosofia e Literatura I

Segunda-feira, 09 de novembro de 2009

Horário: 10:30 – 12:30

A natureza da arte em Hamlet como ideal de phatos humano na Estética de Hegel

Marlon dos Santos Trindade – UFOP

Este trabalho se propõe a mostrar a peça “Hamlet”, de William Shakespeare, como um conteúdo verdadeiro para Hegel em sua estética. Para ele, é na idéia de phatos humanos como representação artística que o conteúdo da obra se torna absoluto, via autonomia da ação humana. Segundo Hegel, vemos Hamlet surgir com o sentimento obscuro de que algo de terrível deve ter acontecido; aparece então o espírito de seu pai e lhe desvela todos os delitos. Após esta descoberta reveladora esperamos que Hamlet imediatamente puna de modo energético os autores do ato e o consideramos completamente legitimado para a vingança. Mas ele vacila e vacila. Objetou-se a Shakespeare por causa desta ausência de atividade, desta natureza fraca em termos práticos, um belo ânimo retraído em si mesmo, melancólico, e, por isso, não inclinado a um ato rápido. Mas Shakespeare introduz, em relação à aparição do espírito, ainda um traço bem mais profundo. Hamlet vacila porque não acreditar às cegas no espírito. Desta forma para Hegel, a aparição do fantasma não leva Hamlet a agir sem resistência, sem querer saber por si próprio a verdade, por isso ele utiliza-se do teatro como forma de alcançar a certeza pelos próprios meios, antes de empreender o agir.

Hegel vê que ação autônoma do herói humano será superada pela vida administrada do Estado. “Desse modo, os indivíduos singulares mantêm no Estado a posição de deverem aderirem, se subordinarem a esta ordem e à sua firmeza existente, (...) devem deixar regular sua inteira particularidade do modo de pensar, a opinião subjetiva e o sentimento, por esta normatividade e conduzi-los em uma sintonia com ela (...) a autonomia por nós exigida não pode ser encontrada em tal estado.”¹ Aqui, em um Estado ordenado segundo leis, os poderes não possuem forma individual e sim universal.

Palavras-chave: *Phatos* – Autonomia – Particular - Estado - universal

Imaginário Português: ateliê de mitos

Roberto Nunes Bittencourt – Letras Vernáculas - PUC-Rio

Diversos mitos culturais portugueses têm em diferentes épocas, inspirado em Portugal – e mesmo além das fronteiras ibéricas – as mais variadas expressões artísticas, levantando as questões em torno do mito, ficção, nacionalidade e a idéia do espírito lusitano. A partir de tal perspectiva valorativa, o presente trabalho, uma parte de minha pesquisa de tese de doutorado, tem por objetivo refletir aspectos do imaginário português, tomando como ponto de partida autores de

¹ Ibidem. P. 192-193.

grande referência intelectual nos estudos da tradição cultural, filosófica e mítica de Portugal, tais como Gilbert Durant (na formação dos mitologemas portugueses que representam a dinâmica da construção simbólica- metafísica da experiência espiritual lusitana: “O Fundador vindo de fora”, “A nostalgia do impossível”, “O Salvador Oculto e “Transmutação dos atos”), Lima de Freitas (a idéia de “Mitolusismos”) e Eduardo Lourenço (para quem o universo cultural lusitano arrasta há mais de quatro séculos uma existência crepuscular, após uma era gloriosa de expansão e descobrimentos de novos mundos, reservando-se para esse passado nobre o sentimento de saudade, decorrente da certeza de que os tempos egrégios talvez nunca mais irão se repetir.) Nessas condições, a presente exposição estabelece um debate filosófico mediante a apresentação de temas intrínsecos ao espírito português, ao mesmo tempo unificado e separado da unidade europeia como um todo.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa; Imaginário; Símbolos; Filosofia da Cultura

Goethe através de T.S. Elliot: um Olhar Filosófico

Pedro Henrique Passos Carné – PUC-Rio

Considerando as teses expostas em alguns dos ensaios escritos pelo poeta norte-americano T. S. Eliot, procurar-se-á compor nesta apresentação uma figura do grande poeta alemão Johann von Goethe a partir de sua obra Viagem à Itália. Uma composição breve, devido à complexidade da questão e ao curto período disponível. Nesta obra de 1816-17 (dois volumes), Goethe se detém na narração da viagem efetuada há 20 anos, na qual ingressa anônimo e durante a qual vê renovado o seu interesse pela cultura clássica antiga. Além disto, esta viagem constitui matéria fundamental para a decisão de Goethe em não mais se dividir entre as Artes Plásticas e a Literatura, contribuindo, então, para a sua firme decisão de permanecer imerso no largo domínio desta última (não possuindo como conseqüência, obviamente, um completo abandono daquela). Dados ambos os fatores, a relevância de semelhante viagem pode ser considerada inquestionável na formação do grande poeta, e, conseqüentemente, fundamental para os objetivos do trabalho aqui proposto. Afinal, ao longo deste período, e decorrente da renovação pela qual passa o seu interesse e conhecimento da cultura clássica, Goethe acaba por se relacionar com os mais diversos trabalhos renascentistas, responsáveis em grande medida por este redescobrimto. Este contato será o objeto de estudo aqui considerado. Para tanto, faz-se necessário expressar as palavras de T. S. Eliot, o qual, no início de seu ensaio “Tradição e Talento Individual”, afirma a tese de que “não apenas o melhor, mas também as passagens mais individuais da obra de um poeta podem ser aquelas em que os poetas mortos, seus ancestrais, revelam mais vigorosamente sua imortalidade”.

Palavras-chave: Renascimento; Goethe; Eliot.

A Morte de Empédocles de Hölderlin: a tragédia como obra filosófica

Theo Machado Fellows – PPGF-UFRJ

Friedrich Hölderlin, após o movimento de valorização de sua obra, tanto poética quanto filosófica, empreendido por vários pensadores ao longo do século XX, passou a gozar de um posto singular dentro do pensamento moderno. Ainda assim, para muitos, Hölderlin talvez ainda represente um intruso no universo da filosofia, um poeta cuja obra serviu a diversas reflexões filosóficas (com destaque para a de Heidegger, que coloca deliberadamente os seus ensaios num posto inferior em relação à poesia), mas que em si não pode ser tida como tal.

Em sua obra, no entanto, os ensaios e a atividade literária caminham juntos na tentativa de criar um projeto para a Modernidade. A tragédia *A morte de Empédocles*, que será o tema deste trabalho, por exemplo, é acompanhada de diversos escritos que visam não só a uma reflexão sobre o gênero trágico, mas a formulação de um pensamento sobre o trágico que vai se inserir na linha inaugurada por Schelling e desenvolvida pelo Idealismo Alemão. Nesta valorização do trágico como categoria filosófica está implícito também um postulado bem caro ao Idealismo, do qual Hölderlin fez parte em sua gênese: o de que a obra de arte não só é fonte de conhecimento, como é fonte de um conhecimento superior ao da razão em seu uso científico, como o praticado por Kant e Fichte.

Nos seus três esboços para esta tragédia moderna, está em jogo a aspiração de fundar um pensamento novo, que tenta compreender as relações do pensamento moderno com os Antigos tão onipresentes em sua época, ao mesmo tempo que é uma resposta à barreira que Kant coloca entre o homem e o Absoluto. O Empédocles hölderliniano é o retrato exemplar do homem incapaz de suportar este limite.

Palavras-chave: Filosofia do Trágico; Hölderlin; Estética; Idealismo Alemão

Mesa Filosofia e Literatura II

Segunda-feira, 09 de novembro de 2009

Horário: 13:00 – 15:30

O aquém-do-homem: sobre a deformação do corpo e a impossibilidade da linguagem em S. Beckett

André Luís Bonfim Sousa – PUCRGS

Com o presente trabalho intentamos compreender a relação entre dois conceitos centrais nas obras de Samuel Beckett (1906-1989): corpo e linguagem. Em primeiro lugar, trataremos da temática do corpo vinculando-a a temática da deformação do sujeito e da condição humana em Beckett. Para tanto, partiremos da interpretação de Theodor W. Adorno (1903-1969), que consiste em deslocar para um momento histórico preciso o que se costuma alegorizar de maneira simplória e perene como a “condição humana” em Beckett. Profundamente marcados pelo pós-guerra, os personagens de Beckett, em especial, os da peça *Fim de Partida* (*Fin de Partie*), são caracterizados pela decadência física, mutilação, depauperamento gradativo do organismo, etc. Desse modo, evidenciaremos que a interpretação de Adorno, elaborada principalmente no artigo *Versuch, das Endspiel zu verstehen* (*Tentando entender Fim de Partida*) (1961) e na obra póstuma *Ästhetische Theorie* (*Teoria Estética*) (1970), confere uma original vivacidade ao que pareceriam tão-somente alegorias e generalidades. Em segundo lugar, trataremos da temática da linguagem vinculando-a a temática da impossibilidade da linguagem em Beckett. Observar-se-á que, obras como *O Inominável* ou *Esperando Godot*, representam precisamente a impossibilidade de toda forma de linguagem e comunicação, bem como um esgotamento da linguagem. Para tanto, Beckett evidencia a insuficiência da linguagem enquanto mediadora entre as sensações e a realidade. Ilustraremos essa problemática com o comentário que Gilles Deleuze (1925-1995) faz de *Film*, no qual Beckett, baseando-se no princípio *Esse est percipi* (Ser é ser percebido), de Berkeley (1685-1753), aponta para um repúdio da linguagem verbal, concentrando-se na imagem e na câmera-personagem.

Palavras-chave: Beckett, Adorno, Deleuze, Corpo, Linguagem

Seria o tempo, em Proust, espacializado?

Liliane Marinho – PPGF-UFRJ

Há duas noções de tempo em Proust: o tempo perdido, que, em termos kantianos, está mais próximo do fenômeno, e o tempo redescoberto, ou recuperado, correspondente a um tempo que existe em si.

Sabemos que a condição de possibilidade dessas noções remete às leituras que Proust fez de filósofos marcados pelo pensamento de Kant, sobretudo, Schelling e Schopenhauer. Há também quem interprete a noção de tempo em Proust como puro devir, segundo o conceito bergsoniano de duração. Já com relação ao espaço, não encontramos tantas referências para sua análise.

Curiosamente, a não ser pelo título do conjunto da obra, *Em Busca do Tempo Perdido*, e pelo volume final, *O Tempo Redescoberto*, todos os títulos dos outros volumes referem-se a lugares, logo, à noção de espaço: *No Caminho de Swann*; *À Sombra das Raparigas em Flor*; *No Caminho de Guermantes*; *Sodoma e Gomorra*; *A Prisioneira*; *a Fugitiva*.

Partindo do pressuposto de que a *Recherche* sai, pela experiência da memória involuntária, de uma taça de chá, minha proposta é investigar o papel do tempo em sua relação com o espaço, tentando esclarecer qual é o conteúdo da memória involuntária, ao que, exatamente, ela dá acesso? Minha hipótese é de que a memória involuntária dá acesso a um tempo não separado do espaço, ou seja, um tempo espacializado.

Palavras-chave: Tempo; Espaço; Marcel Proust; Pensamento pós-kantiano

Poesia e bruxaria: princípios filosóficos para manipulação de multiplicidades

Sérgio Roberto de Sousa Rezende – PPGF-UFRJ

O pensamento de Gilles Deleuze implica, nas palavras de Michel Tournier, uma “fúria de aprofundar”, um “demônio do sistema”, uma “febre mental”, um “delírio do absoluto”. Uma fúria do aprofundar porque ao sabor de um máximo grau de agitação do ânimo Deleuze propõe como forma do pensamento a própria informalidade, ou o que ele chama de maquinismo abstrato, um percurso dinâmico que tem por essência o “desvio” e a metamorfose: aprofunda-se sempre em agitação, metamorfoseando, adentrando um espaço inextenso diante do qual se pode encontrar o “destino interno e dinâmico do pensamento”. Um demônio do sistema porque esse complexo de linhas que traça impede que os conjuntos e coisas disjuntas se fechem sobre si mesmo, abrindo cada ente para o circuito de desvios que revelam uma só voz para todas as distribuições do ser. Uma febre mental já que o espírito se racha ao meio para dar lugar a uma pura potência intensiva, sub-representativa, cuja atividade temporal é a de neutralizar as distribuições do ser para que este não seja pensado segundo sua efetuação fenomenal. O destino do pensamento é dionisíaco, apreensão da dimensão intensiva e dinâmica das coisas. Ele literalmente é guiado por uma abertura na coisa que a liga ao resto do universo, é o demônio do sistema, sua linha diabólica, o delírio do absoluto. Em todos os sentidos os *termos* perdem o privilégio a favor do aparecimento sutil de uma *instância paradoxal* cujo papel é se subtrair às próprias coisas e permitir o pensamento de um contínuo coextensivo aos entes. Esse movimento é a força da Terra, o duende da poesia, o exu de toda prática, o ponto vélico de toda realidade, o próprio princípio de uma realidade fantástica que permite finalmente a identificação entre pensamento e bruxaria na prática assim como pensamento e poesia na linguagem.

Palavras-chave: Deleuze; Poesia; Ontologia; Linguagem.

Nietzsche e o Projeto de Transvaloração dos Valores

Túlio Tibério Quirino de Medeiros – PPGF-UFRJ

Nosso propósito fundamental é perquirir e tecer considerações a respeito do projeto último da inteligência de Nietzsche, a saber, a *transvaloração de todos os valores*. Este projeto apresenta-se como a meta e a aposta nietzscheana propriamente dita no sentido de promover a superação dos valores decadentes. Para abordarmos o entendimento de Nietzsche e seu combate ao que designa por “decadência” faz-se mister avaliar como o referido filósofo compreende “vida”, compreensão esta que vai ao encontro de sua crítica radical aos questionáveis valores morais da tradição judaico-cristã – que ele designa como uma perspectiva geradora de valores “decadentes” que influencia vários domínios de expressão espiritual do homem, ainda vigentes no âmbito da arte, da filosofia e das ciências – para, então, uma vez identificado o sentido e o alcance polêmico de tais críticas, passarmos a analisar os pontos mais significativos que compõe a tentativa de transvaloração de todos os valores enquanto projeto de superação valorativa. Ademais, para a compreensão legítima de tal projeto faz-se necessário abordar em linhas gerais aquele conceito que é considerado pelo próprio Nietzsche como sendo a pedra fundamental de sua filosofia – o conceito de *vontade de poder* –, que pretendemos assinalar como decisivo para a compreensão do referido projeto.

Palavras-chave: decadência; superação; transvaloração; vida; vontade de poder.

Mesa Estética Contemporânea

Segunda-feira, 09 de novembro de 2009

Horário: 15:30 – 17:30

Ontologia da Obra de Arte em Amie Thomasson

Debora Pazetto Ferreira – UFSC

O tema da investigação é a ontologia da obra de arte, concebida no contexto de uma análise das categorias ontológicas básicas. Ou seja, a abordagem da ontologia da obra de arte a ser desenvolvida deve ser examinada em suas suposições e implicações categoriais. Assim, a pesquisa deve assumir a tarefa de analisar com quais categorias ontológicas a suposição da existência e o conceito de obras de arte se compromete. A necessidade de se elaborar uma ontologia da obra de arte e vinculá-la ao contexto mais amplo da filosofia em geral foi apontada pela filósofa contemporânea, Amie Thomasson. A autora empreende sua pesquisa específica acerca da arte buscando a categoria ontológica na qual os diversos tipos de trabalhos artísticos podem ser subsumidos. Em outras palavras, ela afirma que a questão central da ontologia da arte é: que tipo de entidade é uma obra de arte, e chega à conclusão de que as categorias tradicionais da metafísica, que dividem os entes entre reais/temporais/variáveis e ideais/atemporais/invariáveis não podem dar conta dos trabalhos artísticos, pois estes comportam características de ambos os lados da dicotomia. Assim, as obras de arte não pertencem à categoria dos indivíduos concretos nem à dos tipos abstratos, sendo necessária a criação de uma nova categoria que as englobe. Essa nova categoria deve incluir características de várias categorias da metafísica tradicional, como a dos “objetos físicos”, das “entidades imaginárias”, dos “tipos abstratos”, dos “indivíduos concretos”, entre outras, mas não se resume a nenhuma delas. Thomasson chama de “artefatos abstratos” a essa nova categoria, que ela defende proporcionar o estatuto ontológico da obra de arte.

Palavras-chave: Ontologia, analítica categorial, obra de arte

Arte ou terror: a condição da arte no começo do século XXI

Ludmilla Reis Rolim – UFOP

Esta comunicação estabelece uma reflexão acerca da condição da arte na contemporaneidade a partir de uma problemática específica. *Richard Schechner*, teórico da performance norte americano propõe, em artigo recente, a idéia de que o atentado terrorista ocorrido em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos pode ser considerado uma obra-de-arte. *Schechner* não investiga a aplicação do conceito de arte nas múltiplas obras produzidas após o atentado; investiga sim como o atentado em si pode ser relacionado à idéia de arte. A polêmica hipótese, que não é apenas de *Schechner*, mas aparentemente compartilhada por artistas como *Stockhausen* entre outros, leva-nos a refletir sobre o conceito da arte e os discursos de sua legitimação nos dias de hoje. *Jean-François Lyotard* surge então como guia para nossa

investigação filosófica, a partir do jogo de pensamento que elabora em seu “*A Condição Pós-Moderna*”. Nesse começo de século XXI, a idéia de arte está imbuída de complexidades e relativismos tão exacerbados que seus discursos de legitimação aparentam, cada vez mais, depender da autoridade dos *experts*. Estes, raramente alcançam qualquer espécie de consenso, enquanto isso as bienais de arte mundo afora apresentam ao público “obras-de-arte”, cada vez mais desafiadoras e também não menos polêmicas que a hipótese de *Schechner*.

Palavras-chave: Legitimação do saber, arte, contemporaneidade.

Como transformar um urinol em arte, ou: Danto e o problema da identificação artística

Marcelo Rocha Souza – UERJ

A Filosofia da Arte tem, nos últimos cinquenta anos, se visto diante de novos e inesperados desafios trazidos pelas práticas artísticas contemporâneas, as quais remontam à criação do “*ready-made*”. Mais célebre invenção artística de Marcel Duchamp, este *ready-made* é, ainda hoje, percebido como uma estratégia artística paradigmática, sendo reconhecido como uma referência fundamental nas distinções que se procuram atualmente traçar entre a arte moderna e a arte contemporânea. Tal modalidade inteiramente nova de obra de arte, apresentada pela primeira vez em 1912, mas cujas implicações somente alcançam toda a sua repercussão após a segunda guerra mundial, teria aberto o precedente para a ultrapassagem dos modelos artísticos modernistas. Assim, da década de sessenta em diante, esta arte moderna se verá superada pelas primeiras tendências artísticas contemporâneas, com suas novas práticas marcadas pela rejeição dos pressupostos formalistas vigentes, em nome de uma “imersão radical” no mundo e na vida; quadros e esculturas passam a ser categorias do passado, e o público passa a se ver confrontado com filas de tijolos dispostas no chão da galeria, ou com linhas e círculos de pedra fotografados em paisagens remotas. Por que tais objetos compostos de elementos corriqueiros e banais, presentes em abundância na realidade, passam a ser num determinado contexto considerados como “obras de arte” (e, como tal, passam a ser valorizados, protegidos e admirados)? Quais são as condições para que isto aconteça? O que tem a filosofia da arte a dizer de tal problema? Em resumo, estas são algumas das questões que parecem estar no centro das reflexões de importantes filósofos da arte na atualidade, como Thierry de Duve e Arthur Danto; tomaremos este último como objeto do presente trabalho, buscando explicitar em seu pensamento a abordagem original que cria em relação a estas desconcertantes práticas artísticas contemporâneas, através do conceito de “identificação artística”.

Palavras-chave: Filosofia da Arte, *ready-made*, arte contemporânea.

Uma discussão sobre a morfologia da obra musical: a perfect compliance de Nelson Goodman e além.

Jean-Pierre Caron – PPGF-UFRJ

O presente trabalho procura discutir algumas noções acerca da idéia de *obra* musical. A pertinência do conceito de *obra* à arte musical, ainda que tenha ganhado ampla circulação,

sobretudo a partir do romantismo do século XIX, permanece problemática para o pensamento filosófico. As questões se multiplicam ao abarcarmos as diferentes fases do processo: composição, performance, recepção. Onde está a obra? Em que medida diferentes performances podem ser consideradas de uma mesma obra? Quais as condições necessárias e suficientes para tanto? Partindo de um caso-limite, a *perfect compliance*, proposta pelo filósofo americano Nelson Goodman, que estipula uma fidelidade absoluta à partitura como condição necessária para a manutenção da identidade de obra entre diferentes performances, nós propomos alguns problemas a partir do aporte da improvisação e da composição contemporânea. No contexto desta, a notação torna-se não mais normativa, e sim sugestiva, não podendo ser consideradas sistemas notacionais no sentido que Goodman dá a o termo. Proporemos outros critérios para a apreensão da identidade-obra, a partir de alguns exemplos do repertório contemporâneo. Esta pesquisa insere-se em um contexto mais amplo de investigação das relações entre as artes e o pensamento conceitual, e, sob esta perspectiva, procura, também, exhibir um caso de retroalimentação entre o sensível e o inteligível que é operada na contemporaneidade.

Palavras-chave: Estética musical; Estética contemporânea; Nelson Goodman.

Mesa Deleuze e Bergson

Segunda-feira, 09 de novembro de 2009

Horário: 18:00 – 20:00

Koellreutter e Deleuze: um liame musical

Pedro de Albuquerque Araujo – UERJ

A noção central deste trabalho é a do liame formado a partir do encontro entre duas redes conceituais: o método de ensino musical pré-figurativo de H-J Koellreutter, e o pensamento sem imagem, de Gilles Deleuze.

Por expressar uma visão epistemológica e pedagógica do autor e por trabalhar sem modelos prévios, o pré-figurativo é mais do que um método, é um método/conceito. Nesta proposta de ensino, o processo se torna mais importante do que o produto final, pondo o pensamento em devir (Deleuze), aumentando sua potência a cada momento em que relaciona cognição e expressão.

Foi com o sentido de potencializar diferenças - de crenças, de saberes, étnicas, éticas, morais e estéticas, existentes nos processos de aprendizagem - que H-J Koellreutter criou o método/conceito pré-figurativo. Tais diferenças são importantes na medida em que geram alteridade e valorizam singularidades. Ambas são fundamentais para o ato de criação.

A imagem do pensamento seria como um desenho que marca o chão, sobre o qual depois desenvolve-se a filosofia. Porém, para Deleuze, o mais importante é um pensamento sem imagem, uma maneira de pensar sem um padrão pré-existente que determinaria de antemão o que significa pensar ou orientar-se no pensamento. Trata-se aqui de um movimento de desterritorialização capaz de delinear algo que ainda não existe, mas que pode existir.

As ressonâncias entre o pré-figurativo e o pensamento sem imagem provocam um ritmo não-pulsado, como as ondas do mar batendo nas pedras. Pretendemos buscar aí novas formas de produção e fruição estético-musical.

Palavras-chave: Koellreutter, Deleuze, Pré-Figurativo, Liame, Pensamento Sem Imagem.

A filosofia da diferença em Deleuze e Heidegger

Wandêilson Silva de Miranda – PPGF-UFRJ

As concepções da era técnica se insurgem, e com toda a sua violência adernam perigosamente as certezas e conhecimentos adquiridos ao longo da história: o que significaria a morte, o tempo, o nascimento e o humano quando essas categorias, virtualmente, passam não mais a denominar uma qualidade, mas um processo reversível, já que se pode contorná-los e controlá-los quando se passa a conhecer seus princípios? Talvez poucos filósofos tenham influenciado as concepções que hoje são analisadas e utilizadas para se compreender a contemporaneidade como Heidegger e Deleuze. Suas respectivas ontologias descortinaram com rigor os horizontes das novas possibilidades que se insurgem, seja de modo positivo ou de modo negativo, porém, incontornáveis para o homem. À afirmação de que ambos desenvolvem uma filosofia da diferença,

que em pouco ou em quase nada concordam, pode-se pensar da seguinte forma: o ponto de partida do qual se utilizam para interpretar e pensar a epocalidade se dá em estreita consonância de aspectos e, no tocante, não divergem essencialmente quanto ao diagnóstico, mas sim quanto ao expediente a se utilizar para se “contra-efetuar”. Os filósofos em questão abordaram uma série de elementos que se instituíram como marcos categoriais que servem como fio condutor para as mais diversas correntes da filosofia contemporânea. Do mesmo modo suas respectivas filosofias instituem um fundo teórico privilegiado para se entender os diversos caminhos que se abriram desde o começo do século XX nos mais diversificados foros do debate filosófico: o Ser, a técnica, a verdade, o humano, a morte do sujeito, a ética, etc. Em suma, eles parecem sintetizar, em suas respectivas filosofias, as grandes preocupações da nossa era.

Palavras-chave: Ontologia; Diferença; Ética; Técnica.

Aplausos Desenganados

José Eduardo Pimentel – PPGF-UFRJ

A proposta original desta falação **não** é dizer o que é o artista . É, antes de tudo, dizer o que não é o artista (mais especificamente o artista cênico). Tendo por ponto de partida, desembaraçar a confusão que existe entre o que pode ser o artista, e o que é profissional da arte (o subjulgado dos roteiros, dos sindicatos, dos cursos e faculdades de arte, etc.).

Expondo assim uma contradição entre as noções de escolas e movimentos artísticos e a noção de estilo, propriamente dito. O estilo é o ato primeiro, é a criação, é o momento revolucionário e solitário do artista, enquanto a escola é a responsável pelo ato de moldar séries e estruturas, inspirados ou copiados naquele momento original da criação.

Essas séries se fazem necessárias a partir de uma perspectiva de uma indústria da arte. Posto que, o profissional da arte que faz parte d'uma escola, que estuda o seu personagem, que busca correlações entre a ficção e a realidade, corresponde à uma gama de expectativas que a estrutura cênica espera dele. Enquanto o artista criador tem de recorrer à seu gênio e a estratégias próprias para fazer com que a sua criação seja aceita no 'mundo da arte'.

As séries, compreende Deleuze, são as repetições da diferença (*Proust e o Signo*), e nesse sentido todas as escolas cênicas se assemelham, não há então uma perspectiva totalmente nova, por mais revolucionária que a escola se proponha, pensemos em Brecht, Stanislavski ou nos vários nichos que freqüentam o *actor studio*, todos compartilham de um fator de cartilha, almanaguesco.

Enquanto o artista, por fim, se perpetua através do seu estilo, criando assim sobrenomes à arte que ele pertence, e quiçá, deixando ecos para que de sua genialidade se crie escolas.

Palavras-chave: Ator, Deleuze, Série e Estilo.

Considerações sobre Bergson e o Misticismo

Fernando Cordeiro – PPGF-UFRJ

Em *As Duas Fontes da Moral e da Religião*, Bergson dá um complemento abertamente místico àquilo que fora antes investigado, principalmente, em *A Evolução Criadora, Matéria e Memória e O Pensamento e o Movente*. Se nestas obras a sua “intuição da duração” era tratada quase que exclusivamente como epistemológica, ela por outro lado, sempre deixou transparecer algum misticismo que é inteiramente assumido em sua obra derradeira - *As Duas Fontes da Moral e da Religião*. Não há como deixar de notar a carga mística da noção bergsoniana de *duração* e nem a evolução da intuição de epistemológica para mística. Desde as primeiras obras de Bergson, a duração aparece como uma *memória* que se sustenta a si própria e como uma corrente de consciência que estão além da consciência dos homens. Assim, a duração é *memória* e é *impulso vital*. Por sua vez, é pela intuição que o espírito entra na duração. Portanto, a intuição devolve ao espírito a visão da duração como realidade profunda. Essa visão é obscurecida pela percepção e pela inteligência. Entretanto, uma intuição que alargue a consciência ao ponto de causar certo abalo na estrutura humana, é uma intuição essencialmente mística e não mais apenas epistemológica. E quanto ao êxtase, ápice da experiência dos místicos “incompletos”, haveria nele uma narcotização da vontade humana e uma forte tendência para a “não-ação”. O místico completo não acredita que o êxtase seja o ponto final da experiência mística. Os que se sentem felizes se iludem quando saem do êxtase acreditando terem completado a jornada mística. Por isso é que aos outros místicos falta algo, e só o místico cristão completa essa jornada através de uma peculiar ação.

Palavras-chave: Filosofia; Intuição; Duração; Misticismo; Religião.

Mesa Filosofia Antiga I

Terça-feira, 10 de novembro de 2009

Horário: 08:00 – 10:00

Afirmações de Existência em Homero

Renato Matoso Ribeiro Gomes Brandão – PUC-Rio

O estudo detalhado do verbo “ser” tem sido de muito valor para os comentadores de filosofia antiga e tem colaborado para o esclarecimento de uma série de questões de caráter tanto textual quanto filosófico. Como sabemos, o verbo “ser” e seus derivados possuem papel fundamental na construção do vocabulário filosófico e, particularmente, a importância dada aos seus derivados nominais nos textos clássicos da filosofia torna necessário o desenvolvimento de uma teoria geral para compreensão das ocorrências destes verbos. Somente devidamente amparados por uma teoria lingüística adequada, os comentadores de filosofia antiga podem compreender o emprego destes termos em textos clássicos, assim como as implicações filosóficas decorrentes.

A principal crítica desferida contra o conceito de Ser baseia-se na alegação de que este conceito foi forjado a partir da confusão entre os vários usos do verbo “ser” que a lógica distingue, mas que os filósofos foram incapazes de distinguir. Dentre estes usos distintos do verbo “ser”, dois tornaram-se amplamente reconhecidos por parte dos lingüistas e gramáticos, figurando como os principais usos do verbo “ser”. São eles o uso predicativo e o uso existencial.

Nossa intenção é apresentar algumas das teorias mais recentes com relação ao uso do verbo “ser” grego. Apresentaremos, portanto, a teoria desenvolvida pelo professor Charles Kahn para os usos de verbo *einai* no período clássico.

Por fim, pretendemos ilustrar como esta nova teoria oferece uma base conceitual adequada para compreensão dos usos deste verbo em textos clássicos da filosofia, superando as teorias baseadas na dicotomia existencial-predicativo.

Palavras-chave: Ontologia, Verbo “ser”, Existência, Charles Kahn

Observações sobre o conhecimento empírico em Aristóteles

Daniel Rubião de Andrade – PPGF-UFRJ

Ao recusar a teoria platônica da reminiscência como um “começo” para o conhecimento e substituí-la pondo os sentidos como fonte do conhecimento, Aristóteles dá um lugar de destaque para o papel epistêmico exercido pela experiência. Pois ela, a experiência, vai ser o ponto onde o conhecimento humano começa a ganhar real distanciamento da apreensão da realidade possível de ser feita pelos seres desprovidos de razão. Apesar de que para Aristóteles toda e qualquer apreensão, desde a sensível, já é uma apreensão da forma pura, dado que a matéria é incognoscível, é apenas quando o conhecimento chega ao nível da experiência que Aristóteles passa a considerá-lo conhecimento de uma noção universal. Ele vai chamá-lo, na célebre passagem dos *Analíticos posteriores*, de “unidade concernente a muitos”. Assim, tal conhecimento

é entendido como princípio de técnica e de ciência. É um conhecimento que se aproxima do conhecimento causal na medida em que é do universal, contudo, o filósofo é explícito ao afirmar que a experiência é conhecimento de coisas particulares. De imediato surgem alguns problemas: Como diferenciar esses “usos do universal”, o da experiência e o da técnica e ciência? Como entender que o conhecimento universal da experiência se refira às coisas particulares? Poderíamos chamar essas impressões anímicas do experiente de conceito ou só as *noéseis* chegam perto do que veio a ter posteriormente tal nome (correndo o risco de sermos anacrônicos nos dois casos)? Alexandre de Afrodísia e David Ross já haviam visualizado alguns destes problemas e tentaram solucioná-los, cada um a seu modo. Soluções estas que também não são desprovidas de problemas.

Palavras-chave: Aristóteles; Experiência; Universal.

Ato e potência em Aristóteles

Gláucio Delaia Gomes – PPGF-UFRJ

A apresentação tem como objetivo tratar das relações entre ato e potência no pensamento de Aristóteles. Para tanto, não será analisada a totalidade da obra do Estagirita que aborda o assunto em todos os seus matizes e, sim, aquilo que concerne à questão do movimento (*kinesis*) e do indeterminado (*ápeiron*), principalmente em passagens encontradas na *Física* e na *Metafísica*, nas quais é afirmado que o indeterminado (*ápeiron*), apesar de não existir em um sentido, existe de outra maneira. O resultado disso é que se faz necessário estabelecer diferença conceitual entre as palavras gregas *enérgeia* e *entelécheia*, tanto por conta da alternância de seu uso por Aristóteles, como pela tradicional confusão na tradução desses termos, vertidos para o português pelo mesmo vocábulo – “ato” –, em parte por influência das traduções latinas (*actus*), o que trouxe (e traz) uma série de problemas interpretativos. A conclusão assinala que, relativamente ao indeterminado (*ápeiron*), a solução ou, pelo menos, o indicativo de solução para a questão acerca do ato (*enérgeia*, *entelécheia*) e da potência (*dýnamis*) aponta para a possibilidade de existência em ato do indeterminado, o que aparentemente gera contradição com uma série de comentadores, porém não é o que ocorre com o texto aristotélico – se salientadas as diferenças entre *enérgeia* e *entelécheia*.

Palavras-chave: Aristóteles; ato; potência; movimento; indeterminado.

O conceito de *phantasia kataléptiké* na lógica estóica

Mariângela Areal Guimarães – PPGF-UFRJ

A comunicação pretende analisar o conceito de *phantasia kataléptiké*, termo traduzido por “representação compreensiva”, qualificada como critério de verdade, na teoria do conhecimento estóica. Esta análise irá nos conduzir a um dos problemas centrais da lógica no antigo estoicismo, sendo mesmo principal alvo dos críticos de sua epistemologia. Trata-se da oscilação entre o objetivismo e o subjetivismo do critério de verdade. Examinar-se-á essa possível ambigüidade ao

se tratar especificamente do modo como o homem conhece, segundo a teoria estóica do conhecimento. A problemática desenvolve-se tendo em vista que, por um lado, o processo cognitivo reflete a idéia de um estado passivo da alma imposto pela evidência objetiva; e, por outro lado, a atividade da alma é caracterizada como uma articulação do pensamento, que resulta de uma relação de forças entre a alma e o objeto. Assim sendo, encontramos dois aspectos que apontam para a oscilação supracitada, obscurecendo a relação em que se encontram. Primeiro, um aspecto empírico em que o conhecimento resulta das experiências sensíveis, o que leva a uma característica objetiva. Segundo, um lógos que é causa dos sentidos, aspecto indicativo de subjetividade. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, inicialmente será feita uma abordagem acerca da caracterização da lógica estóica, essencialmente como elemento constitutivo para elaboração e fundação do critério de verdade absoluta. Em seguida, analisar-se-á o processo do conhecimento, indicando que tendo a representação compreensiva como critério de verdade, o conhecimento é possível. Finalmente, pretende-se, à guisa de conclusão, verificar que, ao contrário do que possa parecer, o critério de verdade constitui-se por uma síntese entre o sensível e o inteligível, descaracterizando assim, sua suposta ambigüidade.

Palavras-chave: estoicismo; lógica; critério de verdade; alma.

Mesa Filosofia Antiga II

Terça-feira, 10 de novembro de 2009

Horário: 10:30 – 12:30

É possível distinguir ética e moral na *Ethica Nichomachea* de Aristóteles?

Cláudia Maria Barbosa – PUC-Rio

Muito embora a *virtude ética* seja descrita de uma única forma em grego – *êthikê areté* –, buscaremos trazer indicações de que já havia no *corpus aristotélico*, e sobretudo na *Ética a Nicômaco*, diferentes leituras para a expressão, em função do resultado das ações praticadas por indivíduos em situações diversas. Uma primeira leitura, relacionando-a ao que chamaríamos hoje mais comumente de moral, ou seja: a ação em consonância às leis gerais. Já a *êthikê*, em uma segunda leitura, seria mais identificada com as ações que se dirigem aos casos particulares, em que a lei não se aplica facilmente, mas o homem virtuoso é capaz de encontrar a justa medida (*mesotes*). Para Aristóteles, este homem virtuoso que pratica a *êthikê* (em ambos os sentidos descritos) é o que estará mais propenso à felicidade (*eudaimonia*).

Esta percepção se apóia em grande medida na cidade (*polis*) almejada por Aristóteles. Isto é, veremos que na vida prática dos cidadãos, somente a Política será capaz de orquestrar, através da educação e das leis, esta complexa *êthikê*. Buscaremos identificar no pensamento de Aristóteles que, para a felicidade do homem e bem-estar da *polis*, é necessário que se harmonize o trinômio: Política-Ética-Moral.

Contemporaneamente, a importância da consolidação da democracia e dos direitos humanos reforça a valorização da ética. Sua aplicação, entretanto, tem tentativa universalizante, muitas vezes sem compreensão das particularidades de cada questão, limitando-se a preconizar o que seja certo ou errado, vida ou morte, bem ou mal.

Este trabalho – *É possível distinguir ética e moral na Ethica Nichomachea de Aristóteles?* - tem o intuito de despertar, a partir da filosofia antiga, e especificamente do pensamento de Aristóteles, para a necessidade de maior fundamentação desta reflexão e da inclusão de elementos estruturantes no debate contemporâneo.

Palavras-chave: ética, moral, filosofia prática, Aristóteles, política.

A retórica do bem viver: o discurso hipocrático sobre a dieta

Julieta Alsina – PPGLC-UFRJ

Este trabalho busca investigar a elaboração discursiva do tratado hipocrático *Da dieta*, procurando ressaltar elementos discursivos que sugerem tentativas de legitimação da prática dietética dentro do universo da medicina antiga. O sentido da palavra *díaita*, apesar de traduzida pela tradição por 'dieta' ou 'regime', compreende não só a alimentação, mas também o modo de vida que se deve deliberadamente seguir, e abrange tanto a alimentação, quanto as atividades físicas, os horários e os costumes específicos tendo em vista determinado fim. No campo da medicina, a dieta

contempla a manutenção ou a recuperação da saúde. Essa dieta, a da medicina, revela-se uma intervenção humana, um ato que se opera no âmbito da *tékhne*, da *iatrikè tékhne* que então se formava como campo.

O discurso que faz distinção entre os dois tipos de dieta, aquela rústica e primitiva, sem uma *tékhne* que a oriente, e a dieta do médico, é o elemento através do qual fica garantido o lugar social de autoridade, uma vez que ele provém do conhecimento das causas e efeitos da manipulação dos alimentos que viabilizam a cura. O foco do nosso trabalho será a configuração do discurso acerca da dieta, tanto no que concerne à perspectiva prática, compreendida no âmbito da prescrição, quanto no que tange à elaboração de um campo da dietética que, numa disputa muito peculiar, concorre a espaços dentro do saber e do fazer da arte médica.

Palavras-chave: *Corpus hippocraticum*; dieta hipocrática; história da medicina; filosofia antiga.

A felicidade epicurista. Ruptura ou reformulação?

Carla Cristina Perozzo – PPGF-UFRJ

O sentido de felicidade (*eudaimonia*) proposto por Epicuro significa uma ruptura com a tradição filosófica grega que o recebe? Essa questão nos leva à apreciação do modo de vida epicurista, apoiada na compreensão dos cânones da escola, em especial os que definem natureza (*physis*), virtude (*arete*) e amizade (*philia*), além da própria felicidade, frente às escolas tradicionais gregas. A escolha dos três primeiros temas se deve ao fato de eles serem fundamentais na cunhagem do sentido de *eudaimonia*, e na atribuição de seu valor, por todas as correntes filosóficas gregas, e, sobretudo, por serem temas que nos permitem especular a respeito de particularidades do pensamento epicurista, frente à tradição.

Nesta comunicação, escolhemos a escola platônica como principal referência ao universo de pensamento e modo de vida gregos já estabelecidos, quando do surgimento e afirmação do epicurismo, para conduzir nossa pergunta e reflexão. Propomos uma confrontação entre Platão (através da figura de Sócrates) e Epicuro, a fim de discutir se a proposta de vida feliz segundo o epicurismo, ao deslocar a virtude do âmbito dos grandes projetos políticos, tão caros a Platão, para o espaço mais íntimo do Jardim, junto aos amigos, significa um rompimento superior a qualquer continuidade, ou não. Afinal, a *eudaimonia* que preconiza o recolhimento numa geografia mais apta a respeitar os limites da autarquia e da ataraxia, deve ser compreendido como um modo de vida totalmente novo no horizonte grego ?

Palavras-chave: felicidade, natureza, virtude, amizade, epicurismo.

Aprendizagem da Virtude e seu viés cognitivo

Guilherme Celestino S. Santos – PPGF-UFRJ

O problema da aprendizagem da virtude anima o debate sobre a educação na Grécia. Sofistas, filósofos e moralistas apontam para diferentes maneiras de entender tal problema. O objetivo deste trabalho é de destacar a posição aristotélica nesse contexto. Para a Ética de Aristóteles, a

virtude (*areté*) implica uma formação, ninguém se torna virtuoso por natureza, mas por costume (*ethos*). O conceito de virtude tende a ser esclarecido pelo entendimento de seu processo de aquisição. Virtudes são hábitos (*héxis*) e como tais são aprendidas pela prática de certas ações que se tornam habituais. Todavia as virtudes não podem ser meras “repetições” de uma ação virtuosa, pois além da ação há conhecimento ou reconhecimento de uma ação como virtuosa. Portanto, uma aprendizagem ética se dá em dois níveis: em um se aprende a agir, no outro está a elaboração da ação que reconhece a virtude “no lugar devido” onde ela está. Virtude implica sabedoria (*Phronesis*), tendo sua gênese na experiência, sem nunca abandonar o seu solo. A aprendizagem das virtudes torna o sujeito capaz tanto de agir, como de avaliar sua ação virtuosa. Há na formação ética, portanto, uma formação cognitiva que se manifesta como “senso de valor” cujo fundamento é a própria ação. O mais importante na aquisição das virtudes, para Aristóteles, é uma ação que dê origem, que sirva de exemplo, que modele o caráter. Essa ação depende do ensino e da aprendizagem, da sabedoria que pode ser transmitida de um homem a outro. Ensino que acaba quando torna alguém apto a emitir seus próprios juízos. Para Aristóteles só é possível julgar o que é “nobre e naturalmente prazeroso” naquele que já experimentou o que seja isso. Por fim, o prazer assume o papel de fundador dos valores éticos, sua experiência norteia o caráter, e é por aprender a distinguir um prazer do outro que se inicia uma verdadeira sabedoria.

Palavras-chave: virtude, caráter, *paidéia*, Aristóteles, prazer.

Para uma Réplica à Crítica de Platão aos Poetas

Carlos Eduardo Vaz Fernandes PPGF-UFRJ

A crítica platônica aos poetas, que resulta em sua expulsão da cidade erguida em logos apresentada na República, tem seu coroamento neste livro, mas vai se delineando por entre a obra do poeta desde seus escritos de juventude. Poderíamos tentar entender a complexidade desta crítica, despindo-a de anacronismos (como aqueles que falam da expulsão do poeta da cidade, entendendo esta segundo uma visão incompatível com o universo grego) e percebendo-a no contexto da revolução paidêutica pela qual vinha passando a cultura helênica naquele momento. Isto é fundamental para que possamos compreender a virulência da posição platônica em relação a Homero e aos outros poetas da Hélade. O que encontramos subjacente aos fatos presentes na discussão é um processo longínquo e de transformação contínua, que está se dando no cerne da civilização grega, e que evidencia uma tensão entre uma paidéia originalmente fundada na oralidade e uma paidéia emergente baseada na escrita. Platão se vê inevitavelmente em rota de colisão com a presença de um antigo modo de pensamento, com valores ainda vigentes, que dificultam sua tarefa de estabelecer novos parâmetros de realidade. Mas o próprio filósofo, no livro X da República, no momento em que forja a expulsão da poesia (e dos poetas), faz também uma exortação àqueles que queiram ou possam defendê-la. E quem apresentar razões suficientes para reconduzi-la de volta à cidade, provando que ela não é somente perniciosa e enganadora, propagadora de falsos valores, poderá de novo enquadrá-la entre as instituições que moverão a pólis.

À exortação de Platão, duas respostas surgem no horizonte de uma possível recolocação do poeta na cidade. A primeira delas seria através do diálogo *As Leis*, último que Platão escreveu antes de sua morte, no qual, a partir da criação de uma nova politeia (esta baseada em constituições históricas, as de Creta e Esparta) não mais regida pelo rei-filósofo, mas agora pela instituição das leis, tornaria a presença do poeta um pouco mais tolerável. A segunda resposta seria a de Aristóteles na *Poética*, pois quando este reconhece que a imitação é parte inalienável da natureza humana e que surge acoplado prazer e conhecimento, renova a compreensão do conceito de mimesis e encontra um lugar confortável para o poeta na pólis.

Palavras-Chave: crítica, poesia, República, paidéia, mimesis.

Mesa Nietzsche I

Terça-feira, 10 de novembro de 2009

Horário: 13:00 – 15:00

Breves considerações sobre Hamlet de Shakespeare na perspectiva nietzschiana do Nascimento da Tragédia

Clarissa Ayres Mendes da Silva – UFOP

O presente trabalho pretende estender as relações entre Nietzsche e Shakespeare, a partir do breve comentário do filósofo, em *O Nascimento da Tragédia*, dedicado ao Hamlet de Shakespeare (NIETZSCHE, “O Nascimento da tragédia”, Cia. das Letras, pp. 55, 56). Pretende-se aliar os conceitos do jovem Nietzsche aos comentários de Harold Bloom, Peter Brook, e Barbara Heliodora, além de estudiosos de Nietzsche, como Roberto Machado, exemplificando-os com a peça de Shakespeare. No entanto, cabe ressaltar que não serão consideradas as alusões a Shakespeare feitas por Nietzsche em outras obras, tampouco se recorre a outras tragédias de Shakespeare. O objetivo central do trabalho é apontar porque a afirmação a que se atém o trabalho é suficiente para explicitar os aspectos que fazem de Hamlet um sujeito dionisíaco, e como este exerce sua liberdade de forma artística. Tal concepção de liberdade é vastamente defendida por Nietzsche. Demonstra-se em que momentos tal conceito está presente nas ações de Hamlet, e de que modo o personagem procede, em relação às adversidades, tendo em vista sua artilosidade, provando que este não tem ressentimentos ou necessidade de justificar a vida através de seus atos, sendo deste modo, livre em termos nietzschianos.

Palavras-Chave: Apolíneo, Dionisíaco, Hamlet, Liberdade Artística.

Ética e estética no jovem Nietzsche

Wander Andrade de Paula – UNICAMP

É bastante difundida a idéia de que nas obras do jovem Nietzsche, sobretudo em *O nascimento da tragédia*, há a elaboração e o desenvolvimento de uma metafísica de artista, segundo a qual “a arte é a tarefa suprema e a atividade propriamente metafísica desta vida”, conforme nos afirma o autor. Sob essa óptica, arte, cultura e religião grega estão, de acordo com Nietzsche, de tal modo interligadas que não se pode concebê-las na Grécia antiga de maneira isolada, sobretudo se levarmos em conta a força das tragédias de Ésquilo e Sófocles. Sócrates, não obstante, teria sido aquele que, conduzido pela força da razão, elevou a ética a um patamar privilegiado em relação à arte, o maior dos absurdos, segundo o autor. Tal deslocamento ocorrido pelas mãos de Sócrates viria a culminar em uma cultura inartística e, portanto, desprovida de valor, “pois só como fenômeno estético podem a existência e o mundo justificar-se eternamente” – afirma Nietzsche na sua primeira publicação. O nosso objetivo não é outro senão o de apresentar como as noções de ética e estética estão inter-relacionadas na metafísica de artista do jovem Nietzsche e entender o processo de separação ou deslocamento ocorrido a partir do socratismo. Uma experiência vital do

próprio Sócrates, no entanto, nos permitirá explorar, seguindo a óptica nietzschiana, que a empreitada socrática possui suas limitações. Apontaremos, por fim, como Nietzsche reafirma, a partir deste último ponto de vista, a sua metafísica de artista e, ao mesmo tempo, nos permite vislumbrar a crítica de sua filosofia madura à modernidade.

Palavras-chave: Friedrich Nietzsche, metafísica, modernidade.

Metafísica do Artista como Fio de Ariadne

Ricardo Bazilio Dalla Vecchia – UNICAMP

É prática comum a quase toda a fortuna crítica especializada no pensamento de F. Nietzsche (1844-1900) dividir sua obra em três períodos de produção. Esta prática, porém, acabou por fomentar uma lacuna hermenêutica que dificulta uma interpretação de conjunto da obra. Ocorre que, com a expansão e desenvolvimento da pesquisa especializada nas últimas décadas, análises mais abrangentes começaram a ser empreendidas, levando a perceber que os grandes temas da filosofia do velho Nietzsche já possuem sua formulação, ainda que em estado embrionário, desde os primeiros anos da juventude, o que nos leva a supor que não há na obra um simples isolamento ou ruptura entre os períodos, mas antes um grande processo contínuo de desenvolvimento. Isto nos permite defender a hipótese de que existem na obra certo fios condutores, ou *Fio de Ariadne*, que perpassaram todos os períodos, ainda que, como quer Nietzsche, metamorfoseando-se. Contribuem para esta hipótese alguns textos de caráter autobiobiográfico como os “*Prefácios de 1886*”, que ao lado de *Ecce Homo* constituem uma verdadeira autobiografia filosófica de Nietzsche. Como a proposta destes textos consiste em revelar as intenções que nortearam a confecção das obras, eles se mostram um material opulento e fidedigno para a nossa causa. Mediante a análise e confrontação de fragmentos pontuais destes textos e a articulação com fragmentos de algumas obras, tentaremos demonstrar que a tese de *Metafísica do Artista*, formulada nos primeiros anos de produção de Nietzsche e considerada superada pelos períodos subseqüentes, permanece, ainda que metamorfoseada, enquanto “método”, ou “ótica” em todo o seu programa filosófico, revelando-se o *Hintersinn* sob o qual, de alguma maneira, todo o seu programa filosófico se articula.

Palavras-chave: Nietzsche; Metafísica do Artista; Fio de Ariadne; Nascimento da Tragédia; Prefácios de 1886.

O nojo pelo homem de Zaratustra

Danilo Bilate – PPGF-UFRJ

Para Nietzsche, o homem que se reconhece como criador de sentidos e de valores é aquele que reconhece a morte de Deus, isto é, a inexistência de valores e sentidos absolutos ou metafísicos. Se tal homem consegue, com esse reconhecimento duplo, não se entristecer com sua condição de criador, mas, ao contrário, assumir apaixonadamente e alegremente essa condição, ele pode então superar a decadência, a fraqueza e o cansaço típicos do niilismo. Um homem desse tipo,

afirmador e dionisíaco, pode ser considerado ou bem o que Nietzsche nomeia de *Übermensch* (super-homem ou além-do-homem) ou bem seu vestibulo. Será preciso apresentar a força de ambas as hipóteses a fim de mostrar qual delas se mostra mais promissora.

De todo modo, esse tipo de homem criador de valores e cômico de sua capacidade criativa é identificado freqüentemente como “nobre” ou “senhor”. Uma característica marcante do tipo nobre é o que Nietzsche chama de *pathos* da indiferença ou, por vezes, de *pathos* da distância. Será preciso perguntar se esses dois *pathos* são exatamente o mesmo ou não. Ademais, é nosso objetivo analisar o que significa exatamente esse(s) *pathos* e, ademais, relacioná-lo(s) com o grande nojo pelo homem que sente Zaratustra e da necessidade que esse personagem tem de livrar-se de tal nojo. Se identificarmos o *pathos* da indiferença com o nojo pelos homens de Zaratustra, se torna preciso perguntar por que ele demonstra a necessidade de superar aquele nojo, já que aquele *pathos* é uma indicação de nobreza ou força, ou seja, objeto de intensos elogios de Nietzsche.

Palavras-chave: além-do-homem; *pathos* da indiferença; Zaratustra.

Mesa Nietzsche II

Terça-feira, 10 de novembro de 2009

Horário: 15:30 – 17:30

Crítica à cristologia nietzschiana

Alexandre Marques Cabral – UERJ

O presente trabalho possui como intuito primordial ensaiar uma crítica às considerações de Nietzsche acerca de Jesus Cristo, tomando como base a obra *O Anti-cristo* e os evangelhos bíblicos. À medida que Nietzsche pretende realizar uma análise tipológica de Jesus à luz do que chamou de *psicologia do redentor*, necessariamente, ele realiza sua interpretação cristológica a partir do operador conceitual *vontade de poder*, não só pelo fato deste conceito ser tematizada nos parágrafos iniciais da obra referida, mas sobretudo pelo fato de que seu conceito de psicologia ser estruturalmente dependente da ideia de vontade de poder. Este, norteador tanto da psicologia quanto da fisiologia de Nietzsche, caracteriza-se por definir a lógica do jogo agonístico entre as forças. Porquanto Nietzsche interpreta Jesus como incapaz de suportar contradições, devido à sua constituição fisiológica "alérgica" à dor e à excitação, Cristo aparece como decadente. Destarte, Cristo seria a concretização de um tipo que não suporta a contradição inerente à agonística das forças, apesar de sua mensagem ser contrária à fuga do mundo anunciada pelo cristianismo, à culpa e ao ressentimento. Tal compreensão, que se baseia em uma leitura particular especialmente do sermão do monte, não aborda passagens evangélicas em que se evidencia a experiência jesuânica de assunção da agonística inerente ao mundo. São estas passagens que devem ser evidenciadas, com o objetivo de ensaiar uma crítica à cristologia de Nietzsche.

Palavras-chave: Vontade de poder, Jesus Cristo e decadência.

Vontade de potência enquanto superação de si no Zaratustra de Nietzsche

Tiago Mota da Silva Barros – UERJ

O principal objetivo da comunicação é o de articular as noções nietzschianas de "vontade de potência" (*Wille zur Macht*), "vontade de verdade" (*Wille zur Wahrheit*) e "superação de si" (*Selbst-Überwindung*) presentes ao longo do livro *Assim falou Zaratustra*, com particular ênfase para sua apresentação nos discursos "Do superar a si mesmo" (*Von der Selbst-Überwindung*) e "Das três transmutações" (*Von den drei Verwandlungen*).

Em "Do superar a si mesmo" Zaratustra faz duas importantes afirmações: "Onde encontrei vida encontrei vontade de potência" e "Este segredo a própria vida me confiou: "vê", disse, "eu sou aquilo que deve sempre superar a si mesmo." De acordo com esta perspectiva, onde há vida, portanto, inclusive no interior de cada corpo humano, nunca há repouso ou paz permanentes, mas constante guerra, embate e conflito (*ágon*) entre uma multiplicidade de vontades que ininterruptamente lutam entre si com o intuito de externarem sua potência. Mas, para Nietzsche, o

corpo humano saudável não é anárquico em decorrência deste permanente estado bélico, mas harmônico graças à configuração provisória assumida pela pluralidade de vontades a cada momento de sua efetivação com vistas à ação. Boa parte das críticas de Zaratustra são destinadas aos que não acatam este caráter criador, múltiplo e agonístico da vida e pautam suas condutas, não pela expansão e auto-superação da vontade de potência, mas pela conservação e adequação de uma vontade de verdade que pretende perscrutar e corrigir a vida através de parâmetros idealizados e exteriores a ela.

Palavras-chave: Nietzsche; Zaratustra; Vontade de potência; Superação de si; Vontade de verdade.

As influências de Tolstói e de Dostoiévski na análise nietzschiana sobre a gênese da experiência crística

Renato Nunes Bittencourt – PPGF-UFRJ

Neste trabalho proponho uma reflexão sobre de que modo os romancistas russos Tolstói e Dostoiévski influenciaram significativamente Nietzsche na formulação da sua postulada “Psicologia do Redentor”. Tais influências foram imprescindíveis para que Nietzsche compreendesse o âmago da genuína práxis evangélica de Jesus, descartando assim as influências anódinas de Ernest Renan, imbuídas de conceitos românticos, tais como “herói” ou “gênio”, estranhas ao âmbito valorativo no qual a experiência crística de Jesus efetivamente se realizou. Conforme podemos perceber na interpretação nietzschiana, não é apenas pela atividade historiográfica ou filológica que se torna possível compreender de forma razoável a experiência crística, mas de forma intuitiva, pois a práxis evangélica é atemporal. De Tolstói, Nietzsche, apesar de descartar veementemente as suas disposições compassivas, aproveitará a perspectiva de inadequação instintiva da vivência originária cristã em compactuar com as determinações políticas e sociais vigentes, seja através do patriotismo, do militarismo e mesmo da estrutura eclesiástica reinante. Por conseguinte, a institucionalização do Cristianismo é, em verdade, um processo absurdamente anticristão. Haveria uma oposição axiológica entre Cristianismo e civilização. De Dostoiévski, Nietzsche se apropriará do conceito de “Idiota” que, longe de consistir numa depreciação da personalidade de Jesus, antes serve de afirmação de seu tipo psicológico, pois suas disposições existenciais seriam amorais, livres, por conseguinte, de quaisquer traços normativos e coercitivos. Desse modo, a compreensão nietzschiana da práxis crística sustenta uma radical oposição entre a disposição evangélica de Jesus e a apropriação de seu legado pelos pósteros, que incluíram no tipo psicológico do Nazareno elementos incompatíveis com a sua beatitude latente.

Palavras-chave: Tolstói, Dostoiévski, Práxis Crística, “Idiota”, Romantismo.

O tempo irreversível do espírito de vingança e o tempo redentor do jogo, segundo Nietzsche

Leonardo Mees – PPGF-UFRJ

A comunicação refletirá sobre a ocorrência e o significado de algumas palavras na filosofia de Nietzsche, tais como: ódio [*Rache*], ressentimento [*Ressentiment*], grima [*Grimm*], etc. para estabelecer uma relação com o termo “espírito de vingança” [*Geist der Rache*], utilizado por Nietzsche, em *Assim falou Zaratustra*, no discurso sobre *A redenção*, onde se apresenta uma revolta do querer contra o tempo irreversível. O espírito de vingança é o nome da loucura inventada pela vontade prisioneira do tempo. A vontade inventa uma doidice: “exercita sua vingança naquilo que não sente, como ela, grima [*Grimm*] e dissabor [*Unmut*]” (KSA 4, p. 177) por estes limites. Todo sofrimento é interpretado por esta vontade louca como um castigo, toda a vida, e assim ela mesma, merecem expiar uma culpa, uma imperfeição, porque não podem romper com este limite temporal. Somente a vontade criadora, que transforma todo “foi assim” em um “assim eu quis”, pode promover a redenção do espírito de vingança. Esta transformação no interior do tempo, onde o passado é afirmado desde a perspectiva do próprio poder da vontade, corresponde, em Nietzsche, ao jogo de criação da criança. “O espírito, agora, quer *sua* vontade, o perdido do mundo ganha para si o *seu* mundo” (KSA 4, p. 29). A redenção não “se liberta” da dinâmica temporal da vontade, ao contrário, “aceita-a como ela é”. Querer o sido significa assentir com um “mundo perdido”, um mundo em constante construção e destruição, que não anseia por uma expiação sôfrega para além de seus limites e não se vinga de sua própria constituição de poder. O assentimento do jogo do mundo redime o mundo pelo poder do tempo intramundano, o querer supera a si mesmo ao retomar-se como vontade que quer, apenas e nada mais que, o poder de sua vontade.

Palavras-chave: Nietzsche, tempo, afetos, jogo, espírito de vingança, redenção.

Mesa Nietzsche III

Terça-feira, 10 de novembro de 2009

Horário: 18:00 – 20:00

Lembrança e esquecimento em Nietzsche, ou da utilidade do passado para a vida

Marcelo de Mello Rangel – PUC-Rio

Pretendemos investigar as noções de lembrança e de esquecimento, em Nietzsche, a partir da *Segunda Consideração Intempestiva*. Deteremo-nos, inicialmente, à definição de existência, que aparece no interior do texto ora analisado. Nietzsche define existência como sendo, em sua determinação fundamental, dinâmica incessante de transformação. A partir dessa definição de existência, discutiremos as noções de lembrança e de esquecimento. Lembrar e esquecer aparecem, então, como faculdades que disponibilizam ao homem a possibilidade de construir espaços algo estáveis no interior do devir ininterrupto que vida é. Veremos que ao lembrar de grandes feitos realizados no passado, o homem conquista a medida necessária para continuar compactando os elementos da malha relacional na qual encontra-se inserido. É na medida em que lembra e, assim, faz aparecer medidas algo estáveis para a realização de determinadas proporções (formas), que o homem esquece a dinâmica devenida, terrível e devastadora, que a existência é. Todavia, observaremos, também, que é necessário certo esquecimento do que foi lembrado. E isso porque as medidas que, em determinado momento, permitiram o esquecimento do devir incessante, perdem, necessariamente, sua força sedutora. Perceberemos que, sem isso que chamamos de força sedutora, as formas empalidecem e permitem ao devir incessante reaparecer como o horizonte fornecedor de sentido à existência humana. O esquecimento permite, assim, o aparecimento de novas medidas necessárias à realização de novas interpretações.

Palavras-chave: Nietzsche, devir, lembrança e esquecimento.

Escrita e Sangue em Nietzsche e Artaud

Filipi Silva de Oliveira – UERJ

“De tudo o que se escreve, aprecio somente o que alguém escreve com seu sangue. Escreva com sangue e aprenderá que sangue é espírito”. Assim falou Nietzsche em *Do ler e escrever*, um dos muitos discursos que integram a narrativa do errante Zarathustra no livro que leva o seu nome. Parece que a lição nietzschiana foi bem aplicada por Antonin Artaud, que o tinha como um dos pilares de sustentação do edifício conceitual da sua *poética da crueldade*. A impressão que temos ao ler as inúmeras cartas, poemas, manifestos e livros escritos pelo rebelde francês é que dali explode uma voluptuosa carga dramática contida em um espírito deveras conturbado. Conquanto configure o rol dos poetas que, pelo ato criador, sacrificaram a vida, entre eles Sade, Hölderlin, Nerval, Rimbaud e o próprio Nietzsche, Artaud foi aquele que mais encarnou a figura do amaldiçoado. O conteúdo de sua escrita leva a marca dolorosa de um destino bombardeado por

forças avassaladoras. Das profundas dores de cabeça que sentia na juventude até a intermitente estadia em sanatórios e hospícios, Artaud vestiu a máscara do poeta que só via meios de escrever se fosse por procedimentos equivalentes à condição trágica de seu existir. “Toda escrita é porcaria”, assim refere-se à tradição literária e acadêmica. Em pertinaz resistência ao empobrecimento promovido pelo logocentrismo, Artaud fez da literatura um “corpo sem órgãos”, um receptáculo potencial aberto para o caótico, intenso e infinito plano imanente do Pensamento. Daí a escolha por uma poesia-filosofia verborrágica, talhada à guisa de estocadas de sangue e tempestades de grito, espirrando para todos os lados a fúria da Natureza diante do conservadorismo moral da sociedade burguesa. Interessado, assim como Nietzsche, em desarticular a metafísica tradicional, ele utiliza sua escrita para extrair das entranhas da vida a pulsão criadora há muito apartada da cultura ocidental.

Palavras-chave: Escrita – Intensidade – Poética – Vida – Espírito.

Nietzsche e a ‘grande razão’: uma resposta à metafísica da subjetividade

Rebeca Furtado – UERJ

Na presente comunicação pretendemos comentar a posição nietzschiana em relação à questão da subjetividade que parece marcar a modernidade, a partir da interpretação de um trecho de *Assim falou Zaratustra*, a saber, *Dos desprezadores do corpo*. Nessa passagem, Nietzsche apresenta uma concepção própria de corpo; o corpo como grande razão. Há aqui, a nosso ver, uma referência direta à filosofia moderna em geral, que considera a ‘razão’, o ‘eu’, como fundamento ontológico de todo conhecimento. Na referida passagem, Nietzsche a denomina de pequena razão.

Em nossa fala pretendemos analisar tal passagem na qual Nietzsche não só apresenta uma crítica, mas propõe também sua própria concepção do que seja a vida e de como se dá a realidade. O corpo aparece, então, como mais anterior ontologicamente que a razão, tal como essa é tradicionalmente entendida. Esse corpo não se restringe, porém, ao corpo físico, mas, se refere antes, a um processo de constituição da realidade. Corpo é definido como uma “multiplicidade com um único sentido”, quer dizer, corpo é a resultante de uma articulação relacional de elementos que gera unidade. Essa grande razão ‘não diz eu, mas faz o eu’, pois é a descrição do processo de produção incessante de configuração de vida. Tal dinâmica de produzir corpo, ou de “corporificação”, é a descrição da própria vontade de poder. Vontade de poder parecer ser como a totalidade das coisas se determina e se produz e por isso, não está restrita a uma produção humana, mas é o como se dá a própria realidade. Assim, percebemos nessa passagem não só uma crítica à metafísica da subjetividade, mas, ‘contra essa pequena razão’ à apresentação de algo mais fundamental e originário: o corpo, a grande razão.

Palavras-chave: Vontade de poder; corpo; metafísica da subjetividade.

Dizer Sim à vida: a afirmação do enigma

Ana Cláudia Gama Barreto – PPGF-UFRJ

A filosofia de Nietzsche tem como uma de suas marcas a tentativa de superação, em estilo e conteúdo, da oposição de valores que fundamentou o pensamento filosófico. Empreendendo uma crítica feroz ao fruto desta oposição e sugerindo o desenho de novas possibilidades para o pensamento, Nietzsche descreve momentos em que sua obra diz Sim, e outros onde ela declara uma guerra. Trata-se de dizer Sim à vida, afirmá-la nos aspectos até então negados pela tradição metafísica e cristã, por um lado, e de empreender guerra aos fundamentos que permitiram e multiplicaram esta negação, tornando-a predominante por mais de dois milênios. No projeto de transvaloração de todos os valores, Nietzsche radicalizará sua crítica à moral cristã, à modernidade, aos valores de *décadence* que lhe provocavam um nojo instintivo. No cerne desta grande batalha, em que Nietzsche luta para destruir os valores engendrados pela negação da vida, está também a radicalização da afirmação da vida – e aqui não se trata de aceitar ou suportar a realidade da existência. Nietzsche vai muito além da aquiescência: é este talvez seu ato mais marcante. Ele afirma a vida como eterna criação, como avaliação contínua, produto de forças que vão além do 'sujeito' humano e que não pertencem a um além-mundo. Nosso objetivo é traçar um esboço que nos dê pistas de por que a afirmação da vida, que se articula como um dos eixos interpretativos principais do pensamento nietzschiano, ao mesmo tempo é protegida por uma abordagem enigmática nas ocasiões em que Nietzsche descreve o que é a vida.

Palavras-chave: vida; transvaloração; afirmação.

Mesa Heidegger

Quarta-feira, 11 de novembro de 2009

Horário: 08:00 – 10:00

Arte e técnica em Martin Heidegger e na Grécia antiga

Ione Manzali - PUC-RJ

O presente estudo tem por objetivo apresentar a análise de Martin Heidegger da relação entre arte e técnica na modernidade tardia. A fim de situar o problema e identificar a evolução dos termos e conceitos envolvidos, trataremos primeiramente da atividade *poiética* na Grécia primitiva. Em seguida será comentada a passagem onde, na Grécia clássica, a transformação da tragédia ática e das práticas *poiéticas* primeiras para a prática artística como espetáculo coincide com o advento da atitude teórica e da metafísica producionista, o aparecimento da categoria de artes miméticas ou poéticas e suas implicações nos principais sistemas filosóficos de então, o de Platão e o de Aristóteles.

Finalmente, será mostrada a crítica de Martin Heidegger em *Ser e Tempo* à atitude teórica evoluída em racionalidade instrumental moderna desdobrando-se, em seus escritos e conferencias do pós-guerra da hermenêutica de sua segunda fase, em uma valorização da *téchne* artística, esclarecendo o aspecto ontológico que este atribui à obra de arte como "acontecimento" fundador de mundo. Para encerrar, abordaremos a fase avançada de sua filosofia, onde se anuncia a possibilidade de uma *poíesis* técnica como uma chance de produção não-reificada, através de uma proposta de um pensar poético que abrigaria um pensamento do ser fora do horizonte antropológico e além da tradição da representação mental, advento este que caracterizaria o autêntico acontecimento da verdade da era da técnica.

Palavras-chave: Heidegger, estética, pós-metafísica, filosofia da tecnologia, filosofia da arte

A questão da liberdade em *A essência da verdade*, de M. Heidegger

Affonso Henrique Vieira da Costa - PPGF-UFRJ

A comunicação terá como objetivo apresentar de que modo, para Heidegger, a liberdade aparece como a essência da verdade, compreendida pela tradição como conformidade. Procurará, além disso, determinar em que medida o pensamento acerca da liberdade é decisivo para a compreensão da relação entre o ser-aí e o mundo. Tal problema será apresentado relacionando-o às questões que a ele são pertinentes e encontram-se presentes em textos fundamentais como *Ser e tempo*, *O que é metafísica?*, *A essência do fundamento*, *Introdução à metafísica* e *Carta sobre o humanismo*. Isso será feito com o intuito de investigar como a questão acerca da verdade vai se tornando decisiva no desenvolvimento da filosofia de Heidegger, apontando caminhos que culminarão em um pensamento que se abre para uma radicalização acerca do sentido da história e que procura pensar o ser a partir do que o pensador denomina como *Ereignis*, acontecimento-apropriador. De acordo com tal encaminhamento, outro propósito da comunicação se revelará como também de grande relevância, a saber, a importância que a História da Filosofia dá ao texto

A *essência da verdade* como aquele que promove uma virada na filosofia de Heidegger. Por fim, decisivo será ainda compreender em que medida um pensar acerca da verdade da essência se impõe como o que é digno de ser pensado a partir do surgimento da liberdade como desdobramento da meditação acerca da essência da verdade.

Palavras-chave: Liberdade, verdade, existência, história e acontecimento-apropriador.

Uma leitura heideggeriana da Finitude na Crítica da Razão Pura de Kant

Fernanda da Costa Leite – PPGF-UFRJ

O trabalho a ser apresentado pretende tratar da questão da finitude e, conseqüentemente, também da infinitude, no sistema filosófico kantiano, bem como discutir as prováveis conseqüências do modo como essas noções aí se caracterizam. A discussão e a tentativa de estabelecer um diálogo com o que está em jogo em Kant dar-se-ão, no entanto, a partir do modo como Heidegger pensa a questão da finitude.

Kant concebe o tema da finitude humana no âmbito do conhecimento, ao propor, através de sua filosofia transcendental, o estabelecimento da análise das condições de possibilidade do conhecimento legítimo. Nesse caso, o homem está situado no âmbito de uma “intuição derivada” e é tomado como um “ente dependente”, pois seu conhecimento finito é pensado como uma derivação da “intuição intelectual”, que pertence a um “ente originário”. Como o conhecimento do ente originário não pode ser finito como o do homem, encontramos aí uma indicação para pensar que, na *Crítica da Razão Pura*, a temporalidade mais arcaica seria a infinitude.

Heidegger, por seu turno, além de não tratar a questão da finitude humana de um ponto de vista epistemológico, considera que a temporalidade mais originária é a finitude e situa a infinitude como a temporalidade derivada e decadente.

Pretendemos lançar luz sobre essas diferenças no trabalho a ser desenvolvido.

Palavras-chave: finitude, infinitude, tempo.

A Morte como Sonhos Interrompidos

Guilherme Krueger – PPGF-UFRJ

A maquinação (*Machenschaft*) é um dos muitos conceitos propostos por Heidegger em sua obra *Contribuições para a Filosofia (Beiträge zur Philosophie)* que dão expressão à sua idéia de tradição metafísica, que chamará de *primeiro começo*, a partir de uma fenomenologia que não mais se apresenta como visão dos objetos, tal como proposto por Husserl, mas como interrogação pelo texto do ser, que se dissimula (retrai) no aparecimento do dado (um acontecimento que vela o acontecer).

Com a palavra maquinação, Heidegger apresentou uma trajetória reinterpretada da tradição metafísica, na qual denuncia a saturação de um momento histórico que se esgota na contemporaneidade e denunciou não exatamente o deixar de lado a indagação em prol da ação, isto é, o esquecimento de se perguntar pelo que é o que se apresenta a nós no mundo para se focar na manipulação desse dado em função do que se quer. Heidegger denuncia o esquecimento

desse esquecimento: o que as coisas são deixando de ser um mistério, um principiar. O que as coisas são passando a ter respostas sempre determinadas pelos fins pragmáticos a que são submetidas, isto é, pelo que se quer delas. Com esse esquecimento do esquecimento, que se pode chamar de abandono do ser ou nihilismo, o ser humano se deixa encarcerar em sua própria constituição como objeto natural – um animal, ainda que racional: um ser entre outros seres no mundo, e assim também submetido à sua própria vontade de poder. É a prisão em seus próprios projetos, vistos como sonhos; em seus cálculos, vistos como realidade decifrada.

Maquinação é uma enfermidade endêmica do proceder humano: uma culminação do desvirtuamento do *télos* a partir do *primeiro começo*, uma gênese histórica de determinações para o mundo. No repúdio ao assombro no fazer em favor da previsão de um fim sempre posto além e fora dele, a técnica exerce um fascínio, que nada mais é do que a ditadura da vontade de poder.

Aqui cabe uma observação acerca de leitura que Heidegger faz da idéia de vontade de poder em Nietzsche: a vontade de poder é interpretada como subjetividade metafísica corporificada, em oposição àquela desencarnada e condicionada pela razão no *cogito* cartesiano. Vontade de poder é a animalidade radical, pois nela “a vontade se converte em autolegisladora e o comando desta não carece de elementos extrínsecos.”

Mas aonde essa vontade de poder que não tem medida e nem paradeiro vai necessariamente encontrar um limite? Na morte.

Palavras-chave: Morte, Maquinação, Vontade de Poder.

Kant e Husserl: da relação necessária entre antropologia filosófica e moral

Nathalie Barbosa de la Cadeña - PPGF-UFRJ

Tomar-se-á como parâmetro o posicionamento dos filósofos, primeiro, em relação à *existência de uma natureza humana*, segundo, sobre qual seria sua *característica essencial* (ou características essenciais). Poder-se-á observar que os pensadores que defendem a existência da natureza humana tendem a defender também que suas características principais são a racionalidade forte e a liberdade como autonomia. Quanto à racionalidade, opõem-se basicamente duas posições, os defensores de uma racionalidade forte, ativa e propositiva, em face daqueles que a entendem como fraca, passiva e receptiva/operativa. Quanto à liberdade, há um contraste entre aqueles que compreendem a liberdade como autonomia, em sentido forte, e os demais que mitigam essa potência, e a entendem a como influenciada ou determinada por fatores externos, sendo heterônoma. Tanto Kant como Husserl formulam suas filosofias a partir do *eu-penso*, entendem que existe uma natureza humana cuja principal característica é sua dimensão transcendental capaz de conhecer e agir, uma racionalidade forte e uma liberdade autônoma.

Palavras-chave: Antropologia Filosófica, Moral, Natureza Humana

Mesa Filosofia Moderna

Quarta-feira, 11 de novembro de 2009

Horário: 10:30 – 12:30

Notas sobre a segunda prova da existência de Deus no Sistema Cartesiano

Fellipe de Pinheiro Oliveira – PPGLM-UFRJ

A chamada segunda prova em favor da existência de Deus, apresentada na Terceira Meditação, é tradicionalmente compreendida como um segundo argumento de Descartes a fim de provar a existência de um Deus bom e veraz diante do qual a questão do erro universal da razão, representado pela dúvida do Deus Enganador, pode ser eliminada. Entretanto, uma análise mais cuidadosa desta “segunda prova” parece expor, de modo mais específico, a real função dela no sistema cartesiano, a saber, mais do que constituir separadamente um segundo argumento de Descartes a favor da existência de Deus, a “segunda prova” possui um papel complementar em relação à primeira à medida que tem por função explicitar de modo mais claro o funcionamento do princípio de causalidade, que é condição para a prova por efeito. Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar cuidadosamente a “segunda prova da existência de Deus” a fim de fundamentar e justificar a tese de que ela consiste num exemplo de aplicação do princípio de causalidade. E, por este motivo, é um complemento da primeira prova da existência de Deus que pode ajudar no entendimento do próprio conteúdo do princípio. Para tal tarefa, portanto, realizar-se-á uma análise breve da primeira prova a fim de tornar claro o papel que o princípio de causalidade possui. Em seguida, terá lugar um estudo dos argumentos envolvidos na segunda prova a fim de que se possa compreender seu papel predominantemente complementar. Por fim, a partir da compreensão da segunda prova como um exemplo de aplicação do princípio de causalidade, pretende-se tornar mais claro o conceito de causalidade no sistema cartesiano.

Palavras-chave: Descartes; provas da existência de deus; princípio de causalidade.

Como fazer história da filosofia? Ou: A querela entre Couturat, Heidegger e Russell sobre a determinação metafísica da lógica

Fábio Antônio da Costa – UERJ

A pergunta sobre como fazer história da filosofia carrega uma importante ambigüidade: ela deseja saber como proceder para a compreensão dos filósofos do passado e, ao mesmo tempo, como nós hoje sustentamos o curso histórico da filosofia. Evidentemente, o problema exposto aponta para duas perguntas mais amplas, as quais concernem às determinações do que sejam a história e a filosofia. Tais questões serão apresentadas no interior do conflito travado entre Couturat e Russell, por um lado, e Heidegger, por outro. Os dois primeiros lançaram uma interpretação da metafísica de Leibniz, cuja tese afirma que esta foi derivada de sua lógica. As obras nas quais encontramos essa defesa são, respectivamente: *La Logique de Leibniz, D’après des documents inédits* e *A Critical Exposition of the Philosophy of Leibniz*. Já Heidegger, em seu curso intitulado *As fundações metafísicas da lógica*, tendo conhecimento da interpretação acima mencionada,

defende a tese de que a lógica de Leibniz tem como seu fundamento a questão metafísica sobre a ciência divina. Aparentemente, tal disputa não tem como base simplesmente a mais acertada análise do autor, mas sim a natureza dos problemas com as quais a filosofia deveria lidar. Avançando conforme a primeira tese, talvez toda a história da filosofia tenha como base os problemas pertencentes à teoria do conhecimento e à lógica: fundamento este que permitiria a constituição de uma filosofia científica. Seguindo a segunda tese, talvez toda a história da filosofia tenha como cerne de sua compreensão uma metafísica do ser-aí, e o projeto de uma filosofia científica seja um grave equívoco. Mas, afinal, nós podemos dizer hoje quais das teses têm razão, para além de qualquer projeto filosófico?

Palavras-chave: Lógica. Metafísica. História. Filosofia. Ciência.

Consciência e existência em Descartes e Kant

Rafael Estrela Canto – UERJ

O que se pretende apresentar não é mais do que uma curta elaboração de um problema que mereceria muito mais páginas, não só pelo problema em si, mas pelos filósofos sobre os quais ela se desenvolve: Descartes e Kant. Esperamos alcançar uma escrita sintética, direta e, ao mesmo tempo, detalhada o suficiente a fim de serem perdoadas as prováveis lacunas, as quais, o autor, mais por limitação que por falta de zelo, não pôde evitar. O problema é, pois, este: qual a relação que aqueles dois filósofos estabeleceram entre a sua compreensão de consciência e de existência? Partimos do princípio segundo o qual uma determinada compreensão de consciência afeta diretamente o que se compreende por existência, e vice-versa. Esforçar-nos-emos, por conseguinte, em mostrar esta relação no interior dos sistemas de ambos os filósofos, investigação esta que, a nosso ver, ultrapassa em valor uma mera análise comparada cujo único interesse fosse a satisfação do curioso, pois acreditamos com ela entrar, ainda que humildemente, no centro da reflexão filosófica.

Descartes adentrou de maneira peculiar no interior dessa reflexão, ele meditou. A meditação difere profundamente da mera observação introspectiva dos estados de consciência, ela busca seguir uma ordem serena e inabalável de razões que dirigem o espírito para a verdade, verdade sobre todos os modos de existir e, por conseguinte, de se conhecer o que existe. Kant, por sua vez, segue o caminho da crítica, da observação, não do mundo tal como é dado aos sentidos, mas tal como ele se mostra segundo as faculdades de conhecimento. Os limites traçados por esta crítica determinam o acesso à existência de modo bem diverso do método meditativo. A existência não pode ser conhecida em si mesma, pois as próprias determinações dos seus modos são realizadas no interior da relação entre sujeito e objeto, em que a consciência não se identifica mais com o sujeito, mas que é ela mesma aquela relação.

Palavras-chave: Kant, Descartes, consciência, existência, eu.

O lugar do conceito de matéria

Flávio de Britto Pinto – PPGF-UFRJ

Por razões metodológicas, as *Críticas* de Kant deixaram de tematizar muitos conceitos importantes. Neste trabalho, gostaríamos de mostrar alguns aspectos da relevância do conceito de matéria, no âmbito da teoria do conhecimento kantiana. Assim, veremos que, embora não seja estudada na *Crítica da Razão Pura* ou nos *Prolegômenos*, estas obras já reservam um papel muito importante para a matéria, o qual, retrospectivamente, pode trazer luz para algumas questões relacionadas à própria constituição (*Beschaffenheit*) e ao fundamento do entendimento, além de suas relações com as leis da natureza.

A colocação do conceito de matéria no sistema da teoria do conhecimento kantiana se dá a partir de uma análise do conceito de natureza em geral, em que se distinguem os significados material e formal. O primeiro consiste na reunião de todos os objetos da experiência a partir de um princípio externo a eles, que repousa na sensibilidade do sujeito de conhecimento. Os objetos então são determinados como fenômenos. Já o significado formal de natureza, que dará lugar ao conceito de matéria, é um princípio interno ao objeto e determina sua constituição própria. O entendimento é a faculdade responsável por ligar estas determinações objetivas, na medida em que compartilha de um fundamento comum às leis naturais, a saber, as exigências estabelecidas a partir do conceito de uma natureza em geral.

A relação do conceito de matéria com o problema da afecção, e a razão pela qual este conceito oferece as condições de aplicação dos princípios do entendimento, diferenciando-se assim da natureza do ser pensante também estão no âmbito de interesse despertado pela questão tratada.

Palavras-chave: matéria – natureza – método – entendimento – ser pensante.

Mesa Empirismo, Empirismo Lógico e Ciência

Quarta-feira, 11 de novembro de 2009

Horário: 13:00 – 15:00

O estatuto da ficção no Tratado da Natureza Humana

Rogério Soares Mascarenhas – UFBA

No **Tratado da Natureza Humana**, obra mais conhecida do filósofo escocês David Hume, há uma recorrência do termo ficção semelhante ao que ocorre com conceitos fundamentais da filosofia humeana, como os de hábito e crença. A primeira referência explícita ao conceito é feita no início do Livro I. Ali, a ficção deriva da capacidade que tem a imaginação de “transpor e transformar suas idéias”. Nossas idéias de cavalos alados, centauros e outras figuras fantásticas são exemplos de ilusões provenientes da liberdade da imaginação. Ainda no Livro I, a ficção é utilizada para designar o imaginário padrão exato de igualdade utilizado pelos matemáticos. Ela também é a nossa crença em um mundo de objetos que existe embora não seja percebido, a crença em substâncias e na existência de um “eu” que permaneceria simples e idêntico.

Contudo, se há referência explícita ao conceito ao longo de todo o Livro I, o mesmo não ocorre nos Livros II e III. Nestes, apesar de grande parte de nossos afetos surgirem a partir de objetos que não existem, não há alusão direta às ficções por parte de Hume, mas somente menções veladas. O papel diversificado e complexo das ficções ao longo do Tratado parece pouco considerado pelos comentadores de Hume. Quase todas as análises sobre estas se limitam à consideração de nossas crenças na identidade pessoal ou à existência de objetos que existem embora não percebidos, como as de Price, Barry Stroud, Norman Kemp Smith, entre outras. Considerações são feitas acerca das causas das ficções e da sua injustificabilidade perante a razão e a experiência. Contudo, as investigações não levam em consideração a diversidade de contextos em que o conceito aparece nem o seu alcance real na obra.

Palavras-chave: Ficção, Imaginação, filosofia humeana.

As bases teológico-experimentais do espaço absoluto de Newton

Marcus Vinícius Russo Loures – USJT

Isaac Newton (1642-1727) soube, como poucos, dialogar com seus contemporâneos e, alicerçado em suas concepções teológicas, legar à humanidade uma física que atende aos critérios de clareza requeridos pela “nova filosofia.” A participação direta de Newton na revolução científica justifica a importância de seu trabalho para a posteridade. Porém, não se trata apenas disso: Newton não apenas produziu no campo da ciência experimental, seu trabalho em Teologia e Alquimia é vasto e um estudo destes fornece elementos-chave para a compreensão de seu pensamento.

No intenso movimento da filosofia da época, Descartes (1596-1650) e seu dualismo suscitam debates e temas, como a indistinção espaço-matéria são levantados. Tal discussão é que fornecerá elementos para a construção do espaço absoluto de Newton. Além disso, certas questões de cunho metodológico-conceitual subjazem na doutrina e método de Newton: como as

concepções teológicas newtonianas permeiam seu conceito de espaço? Será o Newton experimentador um indutivista? Como o método experimental de Newton contribui para a justificativa das características de seu espaço absoluto?

A partir do debate entre cartesianismo e doutrinas neoplatônicas, Newton encontrará elementos que servirão de base para seu espaço. E serão duas as vias usadas para justificar seu espaço absoluto: a experimental e teológica. A segunda fornecerá elementos para que o espaço ganhe forma, mas, sem dúvida, a primeira, proveniente de experimentador, é demonstração de como a “nova filosofia” se esforça para não se perder em termos desvinculados da realidade, procedimento comum à metafísica.

Como grande representante do novo espírito que permeia a filosofia natural, Newton sugerirá uma interessante ilustração de seu conceito de espaço na forma empírica, o experimento do balde. Tal demonstração, veremos, conferirá unificação à doutrina newtoniana, pois a concepção de tal experimento recorrerá, conjuntamente, em parte à sua teologia e em parte à sua física.

Palavras-Chave: Isaac Newton. Espaço Absoluto de Newton. Balde de Newton.

A noção Wittgensteineana de “testemunhos imediatos” como crítica ao empirismo lógico

Claudio Alexandre Figueira Gomes – UFG

O surgimento do “empirismo clássico” como corrente filosófica uma nova abordagem sobre uma questão epistemológica basilar: a fundamentação do conhecimento. John Locke, um dos fundadores de tal vertente, já demarcava que os conteúdos empíricos eram divididos entre simples e compostos, ou seja, imediatos e não imediatos. Tal demarcação culminaria na tese de que a experiência seria fundamento do conhecimento.

Posteriormente, no século XX, a abordagem lógico-lingüística feita por Moritz Schlick, Rudolf Carnap e Otto Neurath e o chamado “Círculo de Viena” apresentou-se como uma nova versão do empirismo que ficou conhecida como “empirismo lógico”. Nessa nova abordagem a experiência imediata não seria eleita por si mesma como o “fundamento do conhecimento”, mas apenas por intermédio de uma representação linguístico-formal alcançaria tal posto. Assim, na perspectiva desses filósofos, as experiências imediatas, devidamente representadas pela linguagem em forma de “constatações” ou “sentenças protocolares” eram consideradas como elementos fundadores do conhecimento, pois tratava-se de sentenças cujo conteúdo poderia ser considerado logicamente indubitável.

Posteriormente, algumas críticas sobre dois artigos de George Edward Moore – “Em defesa do senso comum” e “Comprovação do mundo exterior”, realizadas por Ludwig Wittgenstein em “Da certeza” seriam algumas das principais motivações do filósofo nesse seu derradeiro trabalho. Nesse escrito, Wittgenstein critica um certo ponto da teoria dos chamados “truísmos” de Moore no tocante à questão do saber.

Este trabalho pretende elucidar de que modo as críticas realizadas por Wittgenstein sobre a teoria de Moore podem constituir, conseqüentemente, severas críticas às teorias de fundamentação do

conhecimento formuladas por empiristas lógicos como Schilick, Carnap e Neurath. Assim, analisando tanto a noção wittgensteineana de “testemunhos imediatos”, quanto as noções de “constatações” e “sentenças protocolares” desses empiristas lógicos poderemos acompanhar de que modo as idéias de Wittgenstein abordariam a tradicional questão fundacionista.

Palavras-chave: experiência imediata, empirismo lógico, testemunhos imediatos, fundamentação do conhecimento.

Ciência, metafísica, sociedade: anotações sobre o manifesto neopositivista de 1929

Davi da Silva San Gil – UERJ

O texto *Wissenschaftliche Weltauffassung – Der Wiener Kreis*, elaborado em conjunto por três dos principais membros do chamado Círculo de Viena – a saber, Otto Neurath, Rudolf Carnap e Hans Hahn - e apresentado pela primeira vez em setembro de 1929, é um dos documentos mais importantes na exposição do escopo de propostas do programa filosófico que dois anos mais tarde veio a assumir a alcunha de “positivismo lógico”. Não obstante, durante um prolongado período do século XX tal documento permaneceu obscurecido, quando não completamente ignorado mesmo por estudantes da obra de membros do círculo neopositivista vienense. O presente trabalho se propõe, por seu turno, ensejar uma análise de tal documento.

No primeiro momento da apresentação, perfaremos uma reconstrução histórica da gênese do documento. Tal percurso se justifica na medida em que a simplificada abordagem sobre o contexto em que se elaborou o documento - tal qual encontramos por exemplo na introdução do mesmo e na biografia por bastante tempo corrente do Círculo de Viena explicitada na obra de Viktor Kraft (*Der Wiener Kreis*) - desconsiderou as relevantes divergências internas que permearam tanto a redação do documento quanto sua recepção.

A segunda parte da comunicação, por sua vez, volta-se ao próprio conteúdo expresso no Manifesto. Quando tomamos o positivismo lógico de Viena no momento de seu ápice, e não mais como uma vertente da filosofia analítica da segunda metade do século XX, e quando nos despojamos de uma visão clássica do neopositivismo como uma forma ingênua de empirismo encarnado por completo no verificacionismo refutado e problematizado pela quase totalidade da filosofia da ciência que o seguiu, defendemos ser possível compreender tal perspectiva filosófica como um movimento intimamente relacionado com o desenvolvimento científico de sua época.

Por fim, contrapondo-nos à idéia de que havia no movimento neopositivista a intenção primeira de fundar empiricamente as bases do conhecimento humano, defendemos que, se é possível encontrar um norte comum a todos os membros do círculo vienense, este não se encontra em uma agenda de natureza epistemológica, mas sobretudo em uma preocupação com as transformações promovidas pelo supramencionado desenvolvimento científico do início do século XX, uma preocupação que não raro ultrapassa o estrito escopo das ciências naturais.

Palavras-chave: História da Filosofia da Ciência; positivismo lógico; Concepção Científica de Mundo.

Mesa Filosofia Analítica da Linguagem

Quarta-feira, 11 de novembro de 2009

Horário: 15:30 – 17:30

A construção de sistemas filosóficos: breve ensaio sobre Lógica e Linguagem nos Séculos XVII e XX

Nastassja Saramago de A. Pugliese PUC-Rio

A revolução matemática no século XVII influenciou intelectuais para além do campo das ciências exatas. Nas filosofias de Leibniz e Spinoza, por exemplo, podemos ver, apesar das diferentes abordagens preconizadas, a preocupação com a organização sistemática do pensamento. Apesar da valorização e autonomia crescente dos simbolismos lógico-matemáticos e do papel da geometria no processo de conhecimento pode-se perceber, entretanto, que, ainda no século XVII, a proposta de um *Calculus Ratiocinatur* e de um método de pensamento de tipo geométrico teve sua primeira versão tentativa. Apenas nos séculos vindouros há a efetiva criação de modelos como estes aspirados ao longo do XVII. No século XIX uma grande transformação ocorreu na lógica com o programa de Hilbert e o formalismo de Frege. Porém, a grande expressão de uma vontade de sistemas e de um espírito lógico-matemático na filosofia ocorreu no século XX com o Empirismo Lógico.

O interesse deste trabalho é o de mostrar duas vias de abordagem frente ao problema da construção de sistemas de pensamento através de uma breve perspectiva histórica, para que seja possível uma reflexão mais adequada sobre os aspectos atuais desta questão. Podemos resumir os tipos de espírito matemático em dois grandes grupos: o sintético-intuitivo e o lógico-analítico. Após desenvolver e explicar no que eles consistem, irei fazer uso da filosofia da lógica e da linguagem de Quine para entendermos a crítica ao projeto do positivismo lógico e sua pertinência para os estudos contemporâneos. Finalmente, a apresentação consistirá em três partes: a comparação entre as conjunturas dos séculos XVII e XX, as duas visões sobre a lógica e a linguagem e a crítica de Quine.

Palavras-Chave: Sistemas, História, lógica, linguagem.

"Por que *picture* não é uma boa tradução para *Bild*?"

Marcos Silva – PUC-Rio

O trabalho tratará de problemas de má compreensão da *Bildtheorie* tractatiana induzidos pela tradução de *Bilder* para *picture* ou *figuração*. É importante notar que, apesar da tradução da palavra alemã *Bild* para a portuguesa *figuração* e para a inglesa *picture* serem as mais convenientes e usadas largamente na literatura secundária, as palavras em português e em inglês guardam implícito um sentido de sofisticação e especificidade que a alemã não tem. Chamam-se *Bilder* imagens, figuras, ilustrações, estampas, quadros, pinturas, telas, fotos, retratos, entre outros. Nota-se que o escopo semântico da palavra alemã usada por Wittgenstein é muito mais amplo e corriqueiro. Além disso, a palavra inglesa, de onde parece derivar o nome (teoria

pictórica) usado comumente para designar este conjunto de condições gerais para a representação, pode induzir a uma visão errada de *Bilder*. Pode-se tomar, por exemplo, como obrigatória alguma semelhança material entre representação e representado. Há casos, como o caso da relação entre notação musical e a música e entre a proposição e o fato, onde não há e não se precisa ter semelhança alguma para as primeiras serem consideradas representações das segundas. A representação tractatiana deve ser feita pela disposição estrutural dos seus elementos e não por iconicidade. Uma outra característica insatisfatória da tradução de *Bilder* para *pictures* aparece na controvérsia sobre a possibilidade de complexos inexistentes serem representados. Posso ter *Bilder* de complexos não existentes, enquanto não posso ter *pictures* de coisas que não existam. Devo poder fazer um modelo de avião antes de construí-lo em escala maior, enquanto não posso ter um retrato deste avião antes dele estar construído. O que está em jogo na noção de *Bild* para o *Tractatus* é que haja uma representação lógica do complexo representado, ou seja, que uma *Bild* possa exibir, após uma devida tradução, a articulação dos componentes do fato representado.

Palavras-chave: *Tractatus*, Wittgenstein, Teorias de Representação.

Sobre a Metafísica Analítico-Estrutural de Lorenz Puntel

Willis Santiago Guerra Filho – PPGF-UFRJ

De várias proveniências, na atualidade, inclusive do âmbito da filosofia analítica, apresentam-se sinais de uma retomada da metafísica. Um impulso para essa retomada vem da recente publicação do que seria o grande legado para a filosofia do professor teuto-brasileiro LORENZ B. PUNTEL, a obra *Struktur und Sein. Ein Theorierahmen für eine systematische Philosophie*. (2006), partindo de um compromisso com o que considera o traço sistemático de toda filosofia, da *filosofia perennis* (ob. cit., “Vorwort”, p. VI ss.). A esta sistematicidade se somaria a busca das estruturas fundamentais de toda realidade inteligível, partindo da compreensão de que no começo do empreendimento teórico a dimensão da coisa a ser conceituada é vazia enquanto que nos é disponibilizada em primeiro lugar a dimensão do conceitual, pois tudo o que fazemos em nível teórico já se situa nela. Por esta razão a investigação desta dimensão enquanto o quadro para a conceituação da coisa em si mesma é a primeira tarefa da filosofia. Puntel denomina a dimensão do conceitual de “dimensão estrutural” e neste contexto ele entende “estrutura” (op. cit., p. 36) como uma conexão diferenciada e ordenada, respectivamente enquanto relação e ação recíproca de elementos de uma entidade ou de uma região ou de um processo. A estruturalidade implica a negação do simples ou da falta de conexão e, neste sentido intuitivo originário, estrutura constitui o conceito originário ou o fator primeiro de qualquer empreendimento teórico. Estaríamos, assim, retomando a busca pré-socrática de uma *arkhé*?. Essa é a discussão que se pretende suscitar na presente comunicação.

Palavras-chave: Metafísica; Sistematicidade; *Arkhé*.

Mesa Semântica

Quarta-feira, 11 de novembro de 2009

Horário: 18:00 – 20:00

A semântica dos indexicais

Juliana Faccio Lima – PPGLM-UFRJ

O trabalho tem por objetivo fazer uma análise dos pontos que considero principais na teoria da referência fregeana: imutabilidade e objetividade do pensamento expresso por uma sentença. Primeiro, exporei a teoria com ênfase na imutabilidade e na objetividade do sentido, com a finalidade de clarificar esses conceitos, para a posterior apresentação dos impasses enfrentados pela teoria quando confrontada com sentenças compostas por expressões linguísticas denominadas de indexicais.

Esses problemas surgem quando tentamos identificar o conteúdo semântico - se é que há um conteúdo, já que isso também está em questão - dos indexicais, de modo semelhante ao como é feito com o conteúdo dos nomes e das descrições definidas, a saber, entidades linguísticas que, quando lhes é associado um sentido, se referem *unicamente* a um objeto, independentemente do contexto e da intenção do falante. Sentenças que têm indexicais na sua composição necessitam de algo além do seu conteúdo semântico, sentido e o próprio referente, para poderem expressar um pensamento e ser possível saber seu valor de verdade.

Pretendo mostrar que a imutabilidade do conteúdo semântico, conteúdo cognitivo (*Sinn*) e referente (*Bedeutung*), de modo como a entende Frege, não pode mais ser conservada se quisermos explicar o comportamento dos indexicais. A partir da análise feita da teoria da referência fregeana, parece claro que o escopo dessa teoria não admite a inserção de expressões linguísticas cujo comportamento se assemelha ao dos indexicais, a saber, a dependência do contexto para a identificação do referente. Contudo, algumas idéias básicas da teoria fregeana deve ser mantida para ser conservado os resultados positivos obtidos por Frege. O que se pretende fazer é reformular alguns pontos da teoria tendo em vista a inserção dos indexicais na explicação da comunicabilidade na linguagem natural.

Palavras-chave: conteúdo proposicional; demonstrativos; Frege; indexicais; pensamento.

Constituintes Inarticulados

Vitor Mauro Ferreira de Romariz Bragança – PPGLM-UFRJ

A noção de constituinte inarticulado foi formulada e utilizada pela primeira vez por John Perry em um artigo de 1986, intitulado "Thought Without Representation". Os objetivos principais desse artigo eram ligados a problemas que se encontram no âmbito da filosofia da mente, mas foi nos círculos de discussão da filosofia da linguagem que os constituintes inarticulados ganharam cidadania filosófica.

Mas, o que são exatamente tais constituintes? Essa pergunta por si só já oferece bastante dificuldade, visto que há discordância mesmo sobre o que seria uma definição interessante da

noção de constituinte inarticulado. A título de esclarecimento, porém, digamos que eles sejam componentes de uma proposição P qualquer não rastreáveis tão somente a partir de uma estrutura sintática bem formada que expresse P .

Dada essa vaga definição, surge a questão: mas existem, de fato, constituintes inarticulados? Nessa comunicação investigaremos respectivamente as respostas de dois opositores do chamado Contextualismo, a saber, Jason Stanley – a partir de seu artigo “Context and Logical Form” – e Emma Borg – a partir de seu livro *Minimal Semantics*. Pretendemos, assim, oferecer uma pequena introdução crítica ao debate que ronda a noção de constituinte inarticulado e enquadrá-lo no âmbito mais vasto de discussões sobre a natureza da linguagem natural.

Palavras-chave: Contextualismo; Indexicalismo; Minimalismo; Constituintes Inarticulados; Sensibilidade Contextual.

A distinção entre semântica e meta-semântica de Robert Stalnaker

Julia Cavalcanti Telles de Menezes – PPGF-UFRJ

O presente trabalho pretende explorar a distinção feita por Stalnaker entre semântica e meta-semântica. Segundo Stalnaker, o bidimensionalismo semântico responde a duas questões: (i) sobre o valor semântico de um item lingüístico; e (ii) sobre as razões pelas quais o item lingüístico tem o valor semântico que tem. O bidimensionalismo semântico associa duas dimensões de significado a sentenças, isto é, uma sentença tem duas proposições associadas. A primeira é a proposição-A (A de *actual*) que equivale a uma função de mundos possíveis considerados como atuais a extensões e, a segunda é a proposição-C (C de *contrafactual*) que equivale a uma função de mundos possíveis a extensões. A estratégia de associar duas proposições a uma sentença oferece uma alternativa para a consideração dos híbridos kripkeanos, a saber: o contingente *a priori* e o necessário *a posteriori*. Segundo o esquema bidimensional o necessário *a posteriori* não é um caso onde a mesma proposição é necessária e *a posteriori*, é um caso onde existem duas proposições associadas – a proposição-A é portadora das propriedades de contingência e aposterioridade, enquanto que a proposição-C é portadora das propriedades de necessidade aprioricidade – e, é assim que podemos conceber híbridos como o necessário *a posteriori*. A crítica de Stalnaker ao esquema bidimensional consiste em afirmar que este não associa dois valores semânticos a uma sentença, mas levanta duas questões acerca do significado, uma questão semântica e outra questão meta-semântica. A primeira questão é representada pela proposição-C enquanto que a segunda é representada pela proposição-A. No entanto parece que essa distinção deixa de fora o caráter epistêmico das sentenças e os delega a questão meta-semântica e não semântica (como pretenderia o esquema bidimensional). O presente trabalho pretende investigar quais são os problemas que podem ser gerados a partir dessa distinção.

Palavras-chave: Conteúdo Mental, Semântica bidimensional, Meta-semântica.

Descrições do mundo por expressões figuradas

Diogo de França Gurgel – PPGF-UFRJ

A comunicação que pretendo apresentar no Seminário procura problematizar o pressuposto assumido tanto por Saul Kripke (em obras como *Naming and Necessity*) quanto pelos chamados filósofos bidimensionalistas (como Robert Stalnaker e Frank Jackson) de que as relações de referência entre nomes próprios, nomes de tipos naturais e seus objetos é determinada a partir de um único contexto de proferimento, denominado “mundo atual”. O ponto de partida dessa problematização é a análise dos argumentos que estes autores desenvolvem para defender o caráter de designadores rígidos assumido por determinados nomes em nossa linguagem. Procurarei demonstrar que, se a tese da designação rígida não se sustenta, faz-se imprescindível uma revisão do índice “mundo atual” conforme empregado na matriz de análise semântica de que se vale o bidimensionalismo.

Para que nomes como “água” e “Hesperus” sejam designadores rígidos em todos os mundos possíveis em que seu referente exista, seu significado no mundo atual deve ser unívoco, isto é, tais nomes só podem designar, cada qual, um único objeto. Kripke e os bidimensionalistas estão de acordo quanto ao fato de que são as descobertas científicas e o desenvolvimento de um maior apuro técnico dos experimentos acerca da constituição física e química da natureza que determinam os referentes almejados por todo e qualquer falante ao empregar tais nomes. Esse é um acordo tentador pela objetividade que promete ao estudo da semântica, mas suspeito que, ao nos comprometermos com ele, deixamos de considerar certos aspectos fundamentais da própria nomeação de objetos. Dentre os aspectos desconsiderados, aquele que procurarei salientar em minha comunicação diz respeito à capacidade e mesmo à necessidade dos falantes, em nossa linguagem, de usar nomes e expressões pré-existentes para designar de um modo mais completo ou adequado certos objetos para os quais as palavras não nos oferecem modos de designação quando usadas em seu significado literal. De acordo com a hipótese que levanto, em detrimento dos inúmeros casos em que lançamos mão deste recurso da linguagem na forma de figuras de estilo (como metáforas e metonímias), há casos muito recorrentes em que o fazemos não como escolha estilística, mas como ferramenta *si ne qua non* para a composição de proposições verdadeiras.

Palavras-chave: descrição, significado literal, expressão figurada.

Mesa Kant e Husserl

Quinta-feira, 12 de novembro de 2009

Horário: 08:00 – 10:00

O conceito de ‘gênese’: entre Deleuze e Kant

Constantino Lucena Barreto – PPGF-UFRJ

O pensamento de Gilles Deleuze foi certamente influenciado, seja por apropriação ou por crítica, pela epistemologia de Immanuel Kant. Tal influência, entretanto, é objeto de controvérsias, pois pode ser entendida ao mesmo tempo como um ponto de partida crítico e como um ponto de apoio filosófico. A presente comunicação tem como objetivo apresentar esta influência duplamente polêmica, partindo do esclarecimento do conceito *deleuziano* de ‘gênese’. Deleuze aborda o conceito de ‘gênese’ no seu estudo monográfico intitulado *La Philosophie Critique de Kant*, de uma forma que, tal como avaliamos, é fundamental para todo o seu posterior pensamento filosófico. Além de fornecer a base para a tese do “empirismo transcendental”, que está presente no *Diferença e Repetição*, e a qual possui, notadamente, influências *kantianas*, o conceito de ‘gênese’ demarca, também, uma cisão e um limite para o influxo de Kant no pensamento de Deleuze, pois se opõe diretamente à noção de ‘condição de possibilidade’ contida na perspectiva transcendental *kantiana*. Assim, seguindo a apresentação e definição do conceito de ‘gênese’, a comunicação abrangerá dois campos de assuntos: primeiro, mostrar a influência duplamente polêmica do pensamento de Kant na filosofia *deleuziana*, expondo seus limites e apropriações e, em segundo, mostrar uma pequena trajetória do desenvolvimento da filosofia de Deleuze especificamente sobre este assunto, desde o *La Philosophie Critique de Kant* até o *Diferença e Repetição*.

Palavras-chave: gênese, condição de possibilidade, faculdade e transcendental.

A genética antepredicativa do objeto em Husserl

Thiago Leite Cabrera Pereira da Rosa – PPGF-UFRJ

Segundo Husserl, a evidência de um juízo, em geral, não pode ser estabelecida simplesmente a partir de sua sintaxe. A gênese dos juízos remonta à apreensão de indivíduos, objetos particulares, na experiência antepredicativa, cuja primordial passividade dá a originalidade dos conteúdos de sentido e a auto-evidência de objetualidades.

Dentro do escopo de investigação das bases mais profundas do conhecimento, esclarecer o originar-se de todo objeto na experiência antepredicativa, onde há um misto de passividade e atividade da consciência, constitui-se em tarefa fundamental para a fenomenologia de Husserl. É preciso descrever o surgimento de objetos originais à consciência na percepção, pois esses fundamentariam, por sua auto-evidência, a verdade dos juízos e do conhecimento, segundo a concepção husserliana. Pela abordagem profunda e detalhada, à altura da importância e complexidade das questões envolvidas, as reflexões que Husserl, ciente da exigência do problema, promoveu em seus escritos sobre o tema requerem uma atenta e cuidadosa avaliação.

No seu último período de vida, Husserl dedicou-se a um enfoque genético afim de melhor assegurar as bases de sua fenomenologia. Em *Experiência e Juízo*, o âmbito da experiência antepredicativa, onde através de constituições passivas e ativas teria gênese a objetualidade, recebe atenção especial do filósofo, que lhe dedica toda a primeira parte do livro. Com foco concentrado nessa obra essencial, a apresentação examinará e avaliará as posições de Husserl a respeito da relação genealógica dos objetos com a experiência antepredicativa.

Palavras-chave: Objeto; Conhecimento; Experiência Antepredicativa; Sínteses passivas.

Verdade e Evidência nas *Investigações Lógicas* de Husserl

Paulo Mendes Taddei – PPGF-UFRJ

O conceito clássico de verdade como *adaequatio rei ad intellectus* é trabalhado por Husserl, em *Investigações Lógicas*, sobretudo na seção *Evidência e Verdade*, da *VI Investigação Lógica*. Trata-se, nessa passagem, de uma descrição do fenômeno da verificação da verdade de um enunciado (i.e. da legitimação do conhecimento). A partir de tal descrição, Husserl pôde elaborar um conceito de verdade como uma relação de *identidade entre o visado e o dado*. É, por seu turno, a experiência dessa relação de identidade mesma que definirá, para Husserl, a noção, central para a fenomenologia, de evidência. Nessa apresentação pretendo me restringir à análise fenomenológica da verificação da verdade de um enunciado como uma identificação para assim alcançar uma primeira caracterização da noção husserliana de evidência.

Na investigação do fenômeno da legitimação do conhecimento, trata-se de descrever como o estado de adequação de juízos à realidade nos aparece a partir da “vida intencional”, i.e., a partir do fluxo de vivências, em especial, de vivências intencionais. Nesse sentido, cumpre considerar as vivências intencionais mobilizadas neste fenômeno. Essas são três: uma vivência intencional signitativa; uma vivência intencional intuitiva; e uma vivência intencional responsável pela síntese de recobrimento. A estrutura desta apresentação segue esta ordenação: primeiramente caracterizamos os atos signitivos e os intuitivos, à luz, sobretudo, da relação entre dois elementos da intencionalidade, a saber, a matéria intencional e o conteúdo representante-apreendido. Posteriormente, tematizamos a síntese de recobrimento, de modo a descrever a experiência de verdade como uma identificação e, correlativamente, caracterizar o conceito de verdade como a relação de identidade acima mencionada. Por fim, mostraremos como essa caracterização, ao definir a noção de evidência, repercute nessa noção mesma e no desdobramento posterior da fenomenologia.

Palavras-chave: verdade; evidência; adequação; identidade; fenomenologia.

Experiência e Julgamento em Husserl

Getúlio Nascimento Braga Júnior – PPGF-UFRJ

A Fenomenologia de Husserl, enquanto Filosofia rigorosa, constituiu um divisor para também conhecida Teoria do Conhecimento. As certezas sensoriais não poderiam ser garantidoras, nem

tampouco definitivas da ancoragem intelectual que se portava suscetível entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX. É neste particular que Husserl como pai da Fenomenologia apresenta suas raízes epistemológicas, imbuídas já desde de seu rigor preliminar em virtude de sua formação matemática. E mesmo o distanciamento, a partir de dado trecho, das matemáticas, não o afastou das informações cruciais dedicadas à Ciência então em excelência, bem como dos avanços que poderiam estar ou não relacionados à mesma e que, por sua vez, incidiriam inevitavelmente sobre os acontecimentos que transigiriam ou não com o juízo do subjetivo sobre os objetos. A passividade, assim, de um modo geral, não importaria, possivelmente lacuna porque ontologia não-dual de uma tensão paradoxal entre o empirismo e o transcendental que oferece mais aproximada e mais fielmente a atitude fenomenológica como juízo efetivo que parte do campo dos objetos aparentemente destituídos de valores para os que o passam a possuí-los, especialmente em virtude das relações, considerando, sobretudo, o papel da intencionalidade na reflexão fenomenológica. Por conseguinte, a atividade do juízo tão cara ao Direito, por sua vez, progressivamente mais volátil em função de sua carência de fundamentos, trava com a Fenomenologia um importante diálogo na compreensão da norma, dos motivos de sua proposição e mesmo do mundo no qual estão imersos todos os mencionados elementos.

Palavras-chave: Fenomenologia, Husserl, Teoria do Conhecimento, Ciência, Direito.

Mesa Spinoza

Quinta-feira, 12 de novembro de 2009

Horário: 10:30 – 12:30

O sentido de verdade em Spinoza

Hugusnardo de Carvalho Felix – PPGF-UFRJ

Pretendemos, neste trabalho, tratar do sentido de *verdade*, presente na *Ética*, necessário para a fundamentação do sistema ético proposto por Spinoza. O conhecimento verdadeiro é o que possibilita o homem agir virtuosamente, pois a virtude é considerada, por Spinoza, a ação do homem que visa o útil, o bem, para conservação do seu ser. Desta forma, o conhecimento verdadeiro próprio do segundo gênero de conhecimento é aquele conhecimento pelo qual o homem conhece as propriedades das coisas e assim torna-se apto a distinguir entre o verdadeiro e o falso. Tentaremos então, verificar sob quais condições o conhecimento do segundo gênero é dito necessariamente verdadeiro. O sentido de *verdade* como correspondência é aceito por Spinoza sob a forma de axioma (E I 6 ax.), mas depois de apresentada a teoria dos afetos, ao mesmo conceito é incrementada uma certa condição afetiva. Para Spinoza, o conhecimento verdadeiro do útil tanto para a conservação da existência do homem na duração quanto aquele necessário para que se experiencie o terceiro gênero de conhecimento, não terá a mínima efetividade a não ser enquanto considerado como afeto. Este trabalho se propõe, portanto, a desenvolver a hipótese de que existe em Spinoza apenas um conceito de verdade definidos em dois sentidos, a saber, um sentido objetivo e outro necessário à efetividade do primeiro na realidade.

Palavras-chave: Spinoza, verdade, correspondência, afeto.

Composição e singularidade: Notas sobre o corpo em Benedictus de Spinoza

Daniel Figueiredo de Oliveira – UECE

Como e o que falar de um corpo? Os estudos relacionados aos corpos geralmente se debruçam em conclusões muito dicotômicas, ou são muito conservadores ou muito pejorativos e inconseqüentes, já que tratam dos corpos ou como jarros em que se guardam almas ou como modelos refinados de perversões. Pensar um corpo é traduzi-lo, conceituá-lo em palavras é um exercício válido, porém é somente uma maneira de representá-lo. Quando pensamos um corpo traduzimos suas limitações exteriores por meio de conceitos, abstraindo sua forma e representando sua singularidade por meio de sua extensão. A primeira vista um corpo é definido por meio da limitação, sua extensão, sua capacidade de se relacionar ou não com o mundo a sua volta sendo pela atividade ou pela passividade. Mas afinal o que é um corpo? Primeiramente um corpo não é só passividade, todo corpo é ativo, toda relação entre corpos é gerada a partir de atividades ocasionadas por uma teia pulsante de causalidades, a passividade se dá somente quando relacionada com a causa de tal processo. E nesta teia de causalidades podemos nos

reiterarmos como peças-chave de todas as relações causalísticas e representativas do que somos, sendo devires *passivo/ativo* de todas as composições corporais.

Palavras-chave: Corpo, Singularidade, Composição, Spinoza.

O primado das relações sobre as instituições no *Tratado político* de Spinoza

Alexandre Arbex Valadares – PPGF-UFRJ

A apresentação terá por objetivo propor uma leitura do *Tratado político* que ponha em evidência o conflito entre a teoria spinozista da constituição da vida política e as teorias do pacto ou contrato social a partir da diferença de estatuto com que duas noções fundamentais – instituição civil e relação social – aparecem nessas formulações antagônicas. A tese que se pretende sustentar diz respeito à inversão que Spinoza opera na ordem de determinação dessas noções e ao efeito que essa inversão acarreta à sua compreensão do processo de constituição e de funcionamento da sociedade. Ao passo que a teoria contratualista concebe que a ordem civil e as relações que ela estrutura têm origem na instituição de um pacto estabelecido, por adesão de vontade, entre indivíduos autodeterminados, a teoria que Spinoza expõe no TP situa nas relações sociais ou interindividuais, e nas determinações que delas resultam, o fundamento constituinte da vida política. As instituições civis – a autoridade social, as leis comuns, os aparelhos de Estado etc. – não traduzem senão, do ponto de vista de Spinoza, a configuração presente de um momento constituinte, isto é, a modalidade dominante das relações que compõem a totalidade política em dada atualidade. Ao contrário dos contratualistas, Spinoza não concebe a existência dos homens fora da vida civil. No TP, o estudo das formas de governo, ou seja, de sua institucionalidade, subordina-se ao primado das relações como princípio constituinte da vida civil: a questão política, para Spinoza, não está na definição da melhor forma de governo, mas no modo de organização das relações entre os cidadãos, que é tanto mais perfeito quanto mais livres são essas relações.

Palavras-chave: Spinoza, política, constituição, liberdade.

Influências maquiavelianas na filosofia política de Spinoza

Pablo Ramos de Azevedo – PPGF-UFRJ

A partir do *Tratado Político* (TP), pretendemos estabelecer na presente comunicação os elos de ligação entre o pensamento político de Maquiavel e da última obra de Spinoza. Para tanto, partiremos das evocações ao pensador florentino contidas no interior do TP – evocações que possuem especial importância na constituição do texto, além de conterem expressiva singularidade por si mesmas: a recorrência à Maquiavel no TP é a única citação genuinamente elogiosa a um pensador enunciada por Spinoza em sua obra. Não se trata apenas de um elogio, mas, nas páginas do capítulo X do *Tratado Político*, de uma recorrência direta ao pensamento maquiaveliano - que nos remete diretamente aos *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio* de Maquiavel.

Tal aproximação soa inusitada para muitos: por que Spinoza, filósofo da liberdade, se aproxima de Maquiavel? O que justifica tais elogios a um homem que entrou para a história do pensamento ocidental como um conselheiro dos tiranos? Pensador polêmico e escandalizador para seus contemporâneos teve forjado a partir de seu nome um adjetivo absolutamente negativo sob uma perspectiva moral: *maquiavélico*. Como pensar então alguma proximidade entre Spinoza e Maquiavel? Neste sentido, parece-nos de grande importância debruçarmo-nos sobre algumas interpretações do pensamento de Maquiavel propostas ao longo do século XX, como a do historiador Q. Skinner e do filósofo L. Althusser. Estas diferem em grande grau das leituras feitas de Maquiavel anteriormente, nos mostrando um Maquiavel sob matizes republicanos, como um pensador da liberdade política, ajudando-nos assim a pensar a identidade entre Spinoza e Maquiavel. Interessa-nos também abordar sob a perspectiva dos últimos textos de Althusser a profunda relação que ele estabelece entre Spinoza e o pensador florentino – perspectiva que influi algumas apropriações contemporâneas da filosofia política de Spinoza, como, por exemplo, as de Bove e Negri.

Palavras-chave: Maquiavel, Spinoza, Althusser, Filosofia Política.

Mesa Ética e Filosofia do Direito

Quinta-feira, 12 de novembro de 2009

Horário: 13:00 – 15:00

Razão prática na filosofia moral kantiana

Diana Fichman M. de Souza – PPGF-UFRJ

Este trabalho pretende discutir a concepção de razão prática na filosofia moral kantiana. Essa discussão está imersa em uma pesquisa sobre a relação entre liberdade e lei moral. A pesquisa trabalha com o conceito de autonomia. Esse conceito é utilizado tanto para denominar o conceito positivo da liberdade como para sintetizar a lei moral. Ao discutir a relação entre liberdade, intermediada pelo conceito de autonomia com a lei moral, a pesquisa perpassa pelo conceito de heteronomia. Isso porque em função da relação que a lei estabelece com a liberdade, a heteronomia tem que ser pensada como livre ou como necessariamente determinada em oposição à autonomia livre. No entanto, para harmonizar autonomia e heteronomia no sistema foi preciso tratar da concepção kantiana de razão prática. Vontade na Fundamentação da Metafísica dos Costumes é identificada com razão prática. E nessa identificação torna-se fundamental a concepção de lei para Kant. A vontade ou razão prática é um atributo do ser racional que se distingue por agir sob a representação de leis. A concepção de razão prática surge da constatação de que para derivar ações de leis é necessária a razão. O que nos leva a uma razão que é prática, ou uma vontade.

Palavras-chave: Kant, razão prática, liberdade.

Sobre a liberdade: uma análise condicional do conceito de liberdade

Diego Casais Moreira – PPGF-UFRJ

Na contemporaneidade, boa parte da literatura filosófica referente ao problema da liberdade conceitua como compatibilismo a tese segundo a qual é possível a conciliação entre a liberdade da vontade e da ação e o determinismo causal. Mais precisamente, a conciliação entre a tese da liberdade e a tese do determinismo causal. Os compatibilistas defendem que não faz sentido uma concepção da liberdade da vontade enquanto uma capacidade sobrenatural, isto é, uma capacidade que não pode ser compreendida como um objeto natural (ou compatível com uma explicação natural), não poderia ser descrita em termos naturais, assim como é descrito qualquer objeto sujeito ao determinismo causal. O compatibilismo rejeita o suposto caráter incondicional da liberdade, mas ainda assim considera os agentes livres e imputáveis, os agentes teriam sua intencionalidade sujeita às leis da natureza, às leis do determinismo causal.

Objetivo do presente trabalho é expor a análise condicional do conceito de liberdade proposta Ernest Tugendhat. Sua tese tem como fundamento a análise condicional da noção de “querer refletido” e a análise condicional do conceito de “capacidade de reflexão prática”, tese de pretensão compatibilista. No corpo do trabalho, apresentarei as principais críticas levantadas contra

a pretensão de Tugendhat, como também os pressupostos e implicações da tese defendida pelo autor.

Palavras-chave: liberdade, compatibilismo, determinismo

Regras e Princípios: uma discussão dos argumentos de Hart e Dworkin

Leonardo Figueiredo Barbosa – PPGF-UFRJ

O trabalho pretende analisar aspectos da Teoria da Decisão Judicial e da metodologia de identificação das normas pertencentes ao ordenamento jurídico a partir do estudo da obra do professor Ronald Dworkin em contraposição a teoria de Herbert Hart. O debate iniciado entre estes autores induz questões cruciais que têm perseverado na filosofia do direito, como a discussão sobre os elementos que efetivamente integram o ordenamento jurídico; a diferenciação entre regras e princípios jurídicos; o papel do Estado frente aos direitos dos cidadãos; a forma de identificação dos direitos individuais; os limites ao poder estatal fundados nas prerrogativas dos indivíduos; a metodologia da formação das decisões judiciais; a possibilidade de existência de um poder discricionário posto à disposição dos magistrados na resolução dos conflitos apresentados ao Poder Judiciário. Pretende-se verificar as deficiências do positivismo jurídico que, não obstante as críticas que vem sofrendo nas últimas décadas, ainda exerce certa influência na atualidade. Entretanto, deve-se também analisar de forma crítica a alternativa alegadamente oferecida pela teoria construtivista – que se contrapõe ao positivismo – buscando examinar se o novo olhar proporcionado pela teoria dworkiana é capaz de ultrapassar os óbices que entravaram a tese kelsiana, aparentemente incapaz de explicar o fenômeno jurídico, mormente diante das mudanças sociais que o Direito precisa elucidar.

Palavras-chave: Regras, Princípios, Positivismo, Construtivismo, Discricionariedade.

Os direitos fundamentais e suas gerações

Daniela Czerwinski – PPGF-UFRJ

Preliminarmente, o objetivo do presente trabalho é discutir e analisar os direitos fundamentais e humanos, bem como sua evolução, tendo os pensamentos jurídico-filosófico de Norberto Bobbio bem como de Karel Vasak como nortes deste trabalho, bem como as suas devidas contribuições. Para tanto pretende-se demonstrar a questão referente ao futuro dos Direitos Humanos e os mecanismos para a sua concretização e proteção, perante a sociedade Ocidental que, ao mesmo tempo em que consagra sua importância, revela também certo abandono e despreocupação.

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de se restabelecer a ligação dos direitos humanos ao seu fundamento, aliada à tarefa de conscientização de que os direitos humanos precisam ser efetivados. A igualdade, a solidariedade e a liberdade são fundamentos éticos de suma importância para os direitos humanos. O estudo sobre a evolução histórica dos direitos humanos trata-se de assunto muito debatido e estudado, destacando-se, entre estes, a pessoa de Karel Vasak a quem se deve a proposta de um estudo acerca das “gerações de direitos

Humanos”. Este tema recebeu grande importância modernamente, sendo amplamente debatido em todo o mundo, tendo-se desta forma como evidência a circunstância de que é no respeito à dignidade da pessoa humana que reside o fundamento último das mais variadas formas de organização social.

Concluindo, este trabalho tem por escopo e proposta um estudo sobre a evolução dos direitos humanos sob a perspectiva histórico-evolutiva conferindo-se um enfoque às “gerações de direitos humanos”, que se revelam em direitos humanos de primeira, segunda e terceira geração, existindo ainda autores que se referem em quarta e quinta gerações.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Direitos Fundamentais; Gerações de direitos; Direitos Naturais.

Mesa Metaética I

Quinta-feira, 12 de novembro de 2009

Horário: 15:30 – 17:30

Particularismo e Universalismo: uma consideração kantiana

Ana Cláudia Torres da Silva Estrella – PPGF-UFRJ

O trabalho considera criticamente as principais teses e argumentos metaéticos contemporâneos do ponto de vista da ética kantiana. O foco das considerações é constituído pela oposição das perspectivas *universalistas* e *particularistas* no debate atual da metaética. Os universalistas concebem o juízo moral *singular* como a aplicação (nas circunstâncias particulares) de princípios ou normas *gerais* que poderiam ser especificados e justificados independentemente, isto é, em abstração das exemplificações concretas. (Na perspectiva racionalista, os princípios universais aparecem como “objetos da razão”; numa perspectiva utilitarista, como elementos constituintes do significado dos termos morais.) Em oposição a isso, os particularistas dão ênfase ao caráter essencialmente único (irrepetível) das situações morais concretas, que não se deixariam subsumir integralmente a esquemas gerais. A qualidade moral de uma situação que o juízo moral procura refletir aparece aqui como um “objeto da percepção”. O debate entre universalistas e particularistas é o debate sobre o papel que princípios gerais desempenham (ou devem desempenhar) na deliberação moral e na formação de um juízo moral sobre situações concretas: um papel essencial para os universalistas; um entrave ou, na melhor das hipóteses, uma ajuda secundária (“simplificadora”) para a deliberação moral, na opinião dos particularistas. A idéia principal do presente trabalho é que esse debate pode ser positivamente elucidado (e eventualmente resolvido) quando considerado de um ponto de vista kantiano.

Palavras-chave: metaética, universalismo, particularismo.

O papel dos princípios e das regras nos Métodos da Ética de Henry Sidgwick

Fernando da Costa Cardoso – PPGF-UFRJ

O que se procura nessa comunicação é, frente à polêmica contemporânea acerca do papel dos princípios no interior de uma teoria moral, reavaliar a formulação de Henry Sidgwick (1838-1900) com especial consideração a sua obra capital: *Os métodos da ética* (7^o Ed. 1907). Segundo Sidgwick, os princípios e formulas gerais são fundamentais na compreensão das formulações dos intuicionistas que crêem encontrar nesse mecanismo o caminho correto de comparação dos diversos cursos de ação aos quais as pessoas reflexivas normalmente apelam de forma a tomar decisões. Nosso objetivo é reconstruir a rejeição de Sidgwick a doutrina dos Intuicionistas acompanhando sua reavaliação do papel dos princípios e como, apesar da excepcionalidade da função decisória final, a aplicação de princípios possui sim um papel importante na Ética. O modo como essa crítica toca a questão do que veio a ser conhecido como o dualismo da razão prática no interior da obra de Sidgwick também será abordado. Nossa hipótese é que esse dualismo – que ao cabo inviabiliza uma racionalização completa da Ética – encontra uma de suas fontes

justamente nas falhas e dificuldades (comprovadas pelo crescente ceticismo por parte de Sidgwick) da crítica de Sidgwick ao intuicionismo.

Palavras-chave: princípios, teoria moral, Sidgwick

Desdobramentos da Teoria do Erro: de Mackie a Joyce

Ídia Laura Ferreira – PPGF-UFRJ

Desde sua formulação, há cerca de 30 anos, a “Teoria do Erro” moral de Mackie tornou-se um desafio que continua não só gerando réplicas, mas também seguidores. A afirmação de que a moralidade tal como concebemos está imbuída de sistemático erro (não prático, mas ontológico), continua suscitando respostas que, se não refutam a teoria, têm acrescentado contribuições esclarecedoras à própria discussão da teoria ética em suas diversas vertentes. De fato, Mackie pode ser analisado não apenas na abordagem ontológica que propõe, mas também sob o ponto de vista epistemológico, por sua visão cognitivista da prática moral, assim como do ponto de vista da psicologia moral. Sua proposta de explicação da moralidade segue a linha cética que não apenas coloca dúvidas sobre a prática moral, mas resulta numa negação dos resultados desta prática. Ao assumir uma epistemologia cognitivista, Mackie reconhece que nosso discurso moral tem pretensões de assegurar verdades, ou seja, nosso discurso moral tem pretensões de objetividade, além da prescritividade. Ao mesmo tempo, em sua argumentação irrealista afirma que sistematicamente falhamos em prover tal verdade uma vez que as propriedades morais subsumidas em nossos valores morais não têm tal existência objetiva, e conseqüentemente nosso discurso e prática morais estão sempre imbuídos em erro. A conclusão acarretada por sua argumentação assemelha-se ao ceticismo do ateu frente à religião, desta feita, porém, e paradoxalmente, deixando aparentemente um vácuo irremediável numa das mais importantes práticas humanas, a moralidade. Neste trabalho analiso os mais recentes trabalhos de diversos autores seminais da discussão metaética que ainda buscam uma refutação definitiva para a incômoda teoria do erro, muitos deles já direcionados ao mais promissor seguidor de Mackie, Richard Joyce.

Palavras-chave: metaética, cognitivismo, irrealismo moral, teoria do erro.

Mesa Metaética II

Quinta-feira, 12 de novembro de 2009

Horário: 18:00 – 20:00

Conhecimento e Entendimento dos Valores: Perspectivas das “Práticas Sociais Sustentantes”, de Joseph Raz

Carlos Alberto Canano – PPGF-UFRJ

Pretendo nesta exposição defender dois aspectos que, acredito, devem estar presentes em nossas deliberações morais. O primeiro aspecto diz respeito à ideia de ser necessário adotarmos uma visão que leve em consideração todos os aspectos motivacionais – suscitados pela diversidade de valores que nos constituem –, bem como as particularidades inerentes ao confronto das questões éticas que vivenciamos no cotidiano. O segundo aspecto é que uma visão que leve em consideração uma postura ética diante das demandas do mundo não pode prescindir de um exame, nem de uma execução de políticas – entendidas nesta abordagem como uma prática social – que atenda às discrepâncias existentes, para então fazermos avaliações equânimes e justas. Para tal, me apoio em pontos contidos no livro *The Practice of Value*, de Joseph Raz. Como o título do trabalho já sugere, dois pontos são cruciais para esta empreitada: o conhecimento e o entendimento dos valores, e as implicações das “Práticas Sociais Sustentantes”, de Joseph Raz.

Para Raz “a crença na universalidade do valor é vital para uma perspectiva de esperança quanto ao futuro”, mas tal ideia não elimina a possibilidade de “uma compreensão dos limites da universalidade e das fontes e da natureza da diversidade”. Essa ideia depende de conciliarmos a crença na universalidade “com uma compreensão correta da diversidade real dos valores.” Como diz, ao atendermos exclusivamente à necessidade de universalidade, não nos constituímos autenticamente como agentes capazes de deliberação moral e passamos apenas a refletir em nós uma ordenação de valores que nem sempre correspondem aos valores que constituem nossa identidade pessoal, como também não atendem à evidência da existência de diversidade de valores no mundo e muito menos respondem de forma satisfatória às contingências das relações sociais interdependentes presentes no mesmo.

Palavras-chave: valor; contingência; ética.

Autoridade moral e razões normativas externas

Rafael Martins – PPGF-UFRJ

Neste ensaio pretendo avaliar algumas teorias sobre a função dos desejos em relação às razões normativas com o objetivo de esclarecer a conexão entre o reconhecimento de uma razão e a ação correspondente. Diferentes versões da teoria humiana das razões negam a existência das razões externas, já que todas as razões seriam em alguma medida agente-relativas. Entretanto, a prática moral sugere a existência de determinadas normas que são independentes dos desejos do agente, criadas pelo contexto normativo e teórico em que este agente se encontra. Por isso, a

fonte de autoridade moral não pode residir apenas no conjunto subjetivo de desejos. Dessa maneira torna-se fundamental que as teorias de caráter humiano expliquem como certas razões são reconhecidas como tal embora não dependam metafisicamente dos desejos. Apesar do reconhecimento de que as razões são de alguma forma conectadas com nossos desejos, vários críticos relutam em aceitar que as razões derivem do conjunto motivacional dos agentes. Portanto pressupondo que toda ação requer que o agente em alguma medida apresente o desejo por executá-la, uma teoria convincente precisa explicar como é possível que um indivíduo reconheça uma consideração enquanto razão normativa e racionalmente opte por não segui-la, não apresentando assim o desejo correspondente. Se a linguagem moral é feita de razões externas tanto quanto de razões internas, então uma boa teoria sobre racionalidade prática não pode tratar nenhum dos dois tipos de razões como incoerentes. Parece-me que extrair o desejo como parte metafisicamente integrante do que vem a ser uma razão normativa tornaria a teoria mais adequada para acomodar a existência de razões agente-neutras e altruístas.

Palavras-chave: razões normativas; desejos; autoridade moral.

Agir por razões: agir por desejos?

Caroline Izidoro Marim – PPGF-UFRJ

Embora alguns filósofos assegurem que razões podem ser explicadas em um sentido mais convencional por desejos ou pelo o que os agentes tomam para si mesmo como razões para agir, outros asseguram que isto não acontece desse modo. O objetivo deste artigo é analisar a proposta humiana de *Razões para agir* apresentado por Mark Schroeder em “Slaves of the Passions”. Ao propor uma defesa contemporânea sofisticada sobre razões na teoria humiana, Shoroeder questiona a tradicional ligação entre desejos, razões e motivação que interpreta as razões apenas como aquelas que governam as crenças, isto é, que a razão é escrava das paixões. Assim, ao invés de uma interpretação no singular, ele apresenta uma versão mais ampla - plural, na qual as razões são compreendidas como uma característica psicológica dos agentes que explicam as diferenças entre os agentes. Contudo, se estados psicológicos tais como, desejo, querer, gostar, ou se importar, diferem de pessoa para pessoa, como fundamentar nossas ações em nossos desejos? Ou, quando eu estou pensando sobre o que devo fazer, ou quais são meus desejos, ou sobre a natureza da minha deliberação, o que devo fazer é analisar meu desejo? O desejo pode apoiar razões morais aplicadas a todos os agentes?

Palavras-chave: metaética, desejo, razões, motivação.

Mesa Rousseau e Rawls

Sexta-feira, 13 de novembro de 2009

Horário: 08:00 – 10:00

A impossibilidade da ocorrência de partidos políticos na ordem política do Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau

André Rota Sena – UNICAMP

O objetivo deste trabalho é examinar as dificuldades apontadas por Rousseau no Contrato social para o surgimento e coexistência de partidos políticos naquela ordem social ideal. Tomaremos como base as noções de vontade geral e soberania. A recusa de Rousseau se dá, primeiramente, porque não podem surgir facções ou associações numa ordem social que se pretende unitária (salvo quando forem tantas quantas sejam as vontades individuais); em seguida, porque a soberania é a vontade exclusiva do povo e não pode ser representada. Entretanto, para a preservação do Corpo Político, exige-se a execução de Leis e a conseqüente afirmação de um Governo, tendo em vista, a impossibilidade de mobilização de “Assembléias” permanentes onde o povo pudesse governar diretamente. Eis o paradoxo existente no sistema do Contrato Social: a preocupação de Rousseau de tentar afastar a ameaça de usurpação da vontade geral pelas vontades particulares reunidas em associações ou facções possibilitaria a ocorrência de um Governo forte que, uma vez legitimado pela soberania popular e a pretexto de cumprir os desígnios da vontade geral, estaria autorizado a agir com a força pública contra facções oposicionistas, ainda que estas surgissem em defesa da vontade geral. Esta interpretação pode ser encontrada em Vaughan, por exemplo. Por outro lado, a impossibilidade de afirmação de facções na ordem do “Contrato Social” repeliria a usurpação da soberania através de particulares, o que era próprio no Ancien Régime é o que se depreende dos comentários à edição brasileira do Contrato Social por Lourival Gomes Machado. Todavia, tais paradoxos, nesse trabalho, estão longe de serem resolvidos apenas pretendem dar pistas para o desenvolvimento da pesquisa sobre o aspecto da organização facciosa na ordem política do Contrato Social.

Palavras-chave: Contrato Social; Partidos Políticos; Impossibilidade.

Rousseau e a ambivalência da soberania

Antônio Jovem – UNICAMP

Nosso objetivo neste trabalho é explorar o caráter ambivalente da noção de soberania no pensamento político de Rousseau. Já no *Manuscrit de Genève*, primeira versão do *Contrat social*, Rousseau refuta o universalismo otimista de Diderot. Sustenta, simultaneamente, a impossibilidade de uma sociedade geral do gênero humano e de um tratado social ditado pela natureza. Por conseguinte, as sociedades civis são essencialmente particulares e fundadas em uma convenção. Rousseau se mostra um particularista ao negar a eficácia de padrões universais de moralidade, afirmando que somente no interior das sociedades particulares podem-se criar leis de boa convivência. A vontade geral encontra-se na base da teoria da soberania de Rousseau, já

que esta é o fundamento do Estado e, ao mesmo tempo, a expressão da soberania popular. O Estado alcançará a sua mais profunda unidade ao concretizar, através do governo, a vontade geral dos seus membros. A aplicação da lei, fruto da vontade geral, será a garantia de manutenção da paz interna. Todavia, a impossibilidade de universalização da vontade geral preconizada por Rousseau, faz emergir um problema: por vezes, as condições para a efetivação desta vontade terminam por gerar um conflito interestatal, uma vez a vontade geral de um Estado é particular relativamente a outro Estado. Eis o aspecto ambivalente da soberania: de um lado, é garantia da paz interna; do outro, aparece como condição da anarquia e, portanto, da guerra na cena internacional. Paradoxalmente, a guerra nasce justamente dos esforços empreendidos para se alcançar a paz. Ou seja, em decorrência de uma forma peculiar de soberania não pode haver, na perspectiva de Rousseau, algo equivalente ao contrato social no plano internacional. A análise desse paradoxo nos permite esclarecer questões importantes da filosofia política do Cidadão de Genebra.

Palavras-chave: Rousseau; soberania; relações internacionais; filosofia política.

Há um consenso entre Rawls e os cosmopolitas?

Catarina Alves dos Santos – PPGF-UFRJ

A apresentação seguirá o caminho que estou fazendo no momento, o estudo das questões relativas ao cosmopolitismo e a justiça internacional rawlsiana. Os cosmopolitas apresentam algumas críticas à proposta da Sociedade dos Povos. A ausência de um princípio que assegure uma justiça distributiva internacional é apontada por Thomas Pogge, dado que a adoção dos princípios tradicionais do direito internacional não focalizaria questões relativas à distribuição de recursos. Sua análise da posição original toma por pressuposto a adoção da posição social dos menos favorecidos, na ordem global, como critério de avaliação das nossas instituições básicas. Leif Wenar defende que Rawls não é um cosmopolita igualitário, por não nos oferecer princípios igualitários para a esfera global, bem como a necessidade de ser adotada uma posição original internacional aos moldes da posição original doméstica. Cosmopolitas discordam também em relação a não inserção dos direitos e liberdades liberais individuais para estabelecer os limites da tolerância entre os povos. Acrescentar a liberdade de consciência, liberdade individual igual perante a lei, o direito a dissensão (*disent*) e os direitos políticos, tornaria a proposta rawlsiana mais ampla do que circunscrever a tolerância ao respeito aos direitos humanos básicos. Para Rawls a elaboração de um Direito dos Povos razoável permite saber quais sociedades não-liberais não são aceitáveis, o que não é demonstrado por uma posição original global. Em relação à tolerância a inclusão da noção de aceitação e de reconhecimento das sociedades não-liberais, mais precisamente dos povos decentes, como membros iguais e participativos da sociedade dos povos, distingue e ao mesmo tempo aproxima Rawls dos cosmopolitas. Com este pano de fundo o texto será desenvolvido no sentido de ampliar nossa compreensão sobre a oposição e

convergência entre Rawls e os cosmopolitas, sobretudo no que diz respeito às questões sobre a tolerância entre os povos.

Palavras-chave: Direito dos Povos; Cosmopolitismo; Tolerância; Justiça internacional.

As principais críticas de Nozick à Teoria da Justiça de Rawls

Fábio Samu – PPGF-UFRJ

O objetivo de Rawls no seu livro *Uma Teoria da Justiça* é estabelecer uma proposta-modelo de sociedade justa. A justiça seria o instrumento norteador para a construção das estruturas de um Estado almejado. Segundo ele, os indivíduos de uma maneira geral viveriam muito melhor, caso optassem por um estilo de vida dentro de um sistema de cooperação concebido para promover o bem de todos que fazem parte dele. A cooperação possibilita uma qualidade de vida muito superior aos seus integrantes, ao contrário daqueles que optem em viver num esquema de não-cooperação. Nessa teoria, as desigualdades econômicas apenas são aceitas na medida em que beneficie os menos favorecidos.

Nozick raciocina de maneira diferente. Indivíduos têm direitos. E há coisas que nenhuma pessoa ou grupo podem fazer com os indivíduos (sem lhes violar os direitos). Assim, inicia sua formulação de que todo Estado é violador dos direitos individuais e, por conseguinte, algo imoral. Os direitos individuais não podem ser infringidos em nome da maximização de qualquer objetivo social. A troca ou transferência deve ocorrer apenas de maneira voluntária, excluindo assim, qualquer tipo de política redistributiva.

O presente trabalho pretende mostrar as principais críticas feitas por Nozick no seu livro *Anarquia, Estado e Utopia* a teoria de Rawls.

Palavras-chave: Rawls, Nozick e Justiça.

Mesa Filosofia Política

Sexta-feira, 13 de novembro de 2009

Horário: 10:30 – 12:30

Ontologia e Política: em torno da polêmica Sartre-Merleau-Ponty

Renato dos Santos Belo – USP

O diálogo entre Sartre e Merleau-Ponty pode ser escandido em pelo menos dois aspectos. O primeiro diz respeito às diferentes concepções de filosofia defendidas por ambos, e se inicia já com a publicação de *O Ser e o Nada* e a *Fenomenologia da Percepção* e acompanha os dois filósofos até a obra póstuma *O Visível e o Invisível*, quando Merleau-Ponty porá em revista a ontologia de *O Ser e o Nada*. O segundo aspecto é marcado pela controvérsia política, iniciada com os eventos que assolaram a história do mundo no pós-Guerra, culminando com a ruptura pública entre os dois filósofos e amigos. A oposição entre comunismo e anticomunismo e o apelo para o engajamento em torno dessas fileiras em combate deu o tom das três cartas que pôs fim à amizade entre Sartre e Merleau-Ponty, em 1953. Na avaliação que Merleau-Ponty fará do pensamento político de Sartre em *As Aventuras da Dialética*, ele afirmará que tal concepção de política decorre de uma certa ontologia presente nas obras sartrianas. Tem-se, assim, a associação entre os aspectos ontológicos e políticos que perpassam a polêmica Sartre-Merleau-Ponty. Trata-se neste texto de apresentar e examinar esta tese. Evidenciando, dessa maneira, como cada filósofo em questão pensa a relação entre filosofia e política.

Palavras-chave: Ontologia; Política; Engajamento; História.

Para a Crítica da Teologia Política: Estado de Exceção em Walter Benjamin e Carl Schmitt

João C. Galvão Jr. – UFF

Quando Walter Benjamin expressava em suas teses “Sobre o conceito de história” (Tese VIII) de 1940 todo mal-estar de uma Alemanha na iminência de um caldo cultural de barbárie, insurgia-se contra o poder fascista representado pelo Soberano Supremo onipotente em seu discurso entendido como linguagem referida a dimensão da Voz humana. Nesta outra posição encontrava-se aquele cujo olhar normativo de uma moralidade secularizada dominava um Reino unificado por esta linguagem identificando-se no humano branco europeu cristianizado: Carl Schmitt.

Ambos travaram um fecundo diálogo intelectual na esfera da Filosofia Política e Filosofia da História, tendo como referência principal a questão da exceção. Para o cristão católico, a defesa de um poder fascista – Estado de exceção; por outro lado, tentando romper com esta estrutura secularizada num Estado Cristão – nazi-fascista – o judeu alemão defendia a instauração de um real estado de exceção (Tese VIII) com a rememoração (Tese II) dos últimos escravizados (Tese XII) ligando o presente e o passado na explosão do contínuo da história (Tese XV) pelo tempo-de-agora (*Jetztzeit*) (Tese XIV).

Benjamin desejava com todas as suas forças à verdadeira exceção e o fim dos poderes autoritários; Schmitt a manutenção de um “Estado de exceção” – declarado ou não – na transfiguração estrutural da forma cristã ou fascista do poder.

Palavras-chave: Estado de exceção; Soberania; Linguagem; Inconsciente; Poder.

Positividade, governo e liberdade

Rommel Luz Figueira Barbosa – UERJ

Muito se fala sobre as discussões a respeito do poder, nos trabalhos de Michel Foucault. Gostaria de apresentar algumas considerações sobre o conceito de governo, que aparece em seus trabalhos no final da década de 1970, em relação com o conceito de liberdade. E isso através de uma análise prévia sobre a insistência foucaultiana em se manter na dimensão da positividade. Começo observando a discussão proposta por Giorgio Agamben sobre o posicionamento de Foucault em relação a questão hegeliana da positividade: sua opção em manter-se na dimensão da historicidade e nela encontrar não apenas o que nos restringe e coage, mas também espaços de liberdade. Parto, então, para uma análise do conceito de poder propondo, como o faz o próprio Foucault, vê-los mais como mecanismos presentes em relações variadas do que como um tipo de relação ao lado de outros tipos, como as relações familiares, de amizade, de produção. Também a relação circular entre poder e verdade é importante devido a insistência sobre a positividade. A verdade existe no interior de determinados saberes que não operam numa dimensão a salvo dos mecanismos de poder, os quais incitam sua produção, ao mesmo tempo que a verdade dirige sua ação. Por fim, passo para a relação entre os conceitos de governo e conduta, que permitem esclarecer melhor as relações entre poder e liberdade. Foucault, ao se manter no plano da positividade, da historicidade, procurou mostrar que ele não exclui a liberdade. Mais ainda, que, desse modo, temos uma idéia mais verdadeira do que a liberdade realmente é.

Palavras-chave: positividade, governo, liberdade.

O fim da educação na sociedade unidimensional

Rodrigo da Silva dos Santos – PPGF-UFRJ

O escopo deste artigo é o de analisar os propósitos da educação e da escola nas ditas sociedades unidimensionais, isto é, aquelas sociedades identificadas pelo filósofo alemão Herbert Marcuse como tendo um alto nível de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, mas que também são sociedades que adquiriram dispositivos tais que anulam de modo quase total qualquer pensamentos e comportamentos que lhe sejam contrários ou alternativos à sua existência.

A partir do exposto acima, para que possamos realizar tal intento, tomaremos por base teórica algumas teses fundamentais de Herbert Marcuse a respeito da ideologia dominante nas sociedades unidimensionais – este conceito de sociedade unidimensional, deve-se ressaltar,

parece agora não restringir sua extensão às sociedades industriais altamente desenvolvidas, mas também às chamadas sociedades “em desenvolvimento”, como, por exemplo, o Brasil.

Não obstante, utilizaremos também as apreciações do pensador americano Neil Postman sobre os fins norteadores da educação na sociedade unidimensional par excellence, ou seja, a sociedade norte-americana.

Por isso, o fio condutor de nossa argumentação será a contraposição entre o conceito e a finalidade da educação engendrados na Grécia Antiga, que vinham orientando, ora mais, ora um pouco menos, os rumos do mundo ocidental; e, por outro lado, a nova perspectiva que a educação adquire em uma realidade social unidimensional, comandada por uma racionalidade tecnológica intransigente em relação a qualquer modo de pensar alternativo que não a ratifique.

Segundo Marcuse, esta racionalidade, característica das sociedades unidimensionais, parece tornar inválidos os ideais antigos que compunham aqueles eram considerados os valores fundamentais que a humanidade deveria observar para que, assim, pudesse viver uma vida feliz, ou, mesmo na impossibilidade histórica de realizá-la, pudesse, ao menos, manter estes valores salvaguardados como ideais reguladores, orientando a objetivação progressiva de um futuro melhor.

Palavras-chave: educação; escola, sociedade unidimensional; racionalidade tecnológica; dessublimação repressiva.

Mesa Foucault

Sexta-feira, 13 de novembro de 2009

Horário: 13:00 – 15:00

Normalização em Foucault

Domingos Ribeiro Mendes Junior – PPGF-UFRJ

O trabalho pretende apresentar, no curso os Anormais, ministrado por Michel Foucault em 1975, o conceito de normal, trabalhar a gênese do conceito desse conceito presente nas técnicas políticas de normalização, de que forma essa “marca” foi sendo atribuída a grupos de indivíduos, tornando-se esse eixo da fase política de Foucault. A normalização colocada em jogo, nas relações de poder, a constituição dos sujeitos enquanto assujeitados. A partir desta idéia de normalização Foucault começa a demonstrar de que maneira nós nos tornamos objetos de intervenções de saberes e de que forma nos tornamos “identidades assujeitadas”. Somos levados a agir e pensar a partir de parâmetros éticos e políticos produzidos por essa série de intervenções que nos atravessam e que nos determinam, mas que por outro lado os reproduzimos. Assim, aquilo que somos, agimos e pensamos são produzidos por essas técnicas de sujeição.

A normalização constitui uma série de técnicas de intervenção e classificação, operacionalizadas e justificadas a partir da idéia da normalidade do indivíduo e das populações. Com isso, é criado um grande número de instituições que servirão para determinar os graus de normalidade em nome de uma sociedade mais segura e, conseqüentemente, poder interditar os indesejáveis. Temos assim, um conjunto de conseqüências políticas que irão se estabelecer a partir das estratégias normalizadoras como: um racismo de origem médica que irá definir quais populações, e em que medida elas são passíveis ou não de intervenção; discriminações e indiferenças de toda espécie e gênero, seja a partir de saberes como a biologia que tem na eugenia seu apoio principal; a divisão da sociedade em desejáveis e indesejáveis e fundamentalmente controles múltiplos a partir de saberes.

Palavras-chave: Foucault; Normalização; Relações de poder; Técnicas políticas; Disciplina.

Arte de viver, modos de vida e estética da existência em Michel Foucault

Fernando Padrão de Figueiredo – PPGF-UFRJ

A proposta deste trabalho tem por temática a vida como questão na última fase de Michel Foucault (1978-1984). No último capítulo da História da Sexualidade I: a vontade de saber, surge a vida como objeto real de luta política. Não só aquela visada pelas tecnologias de poder, que, antes de mais nada, querem regular, distribuir, normalizar as populações dentro de um quadro do bem estar social. Mas, Foucault também apresenta a vida como a realidade mais imediata, aquilo mesmo que afeta e constitui os sujeitos em uma série infinita de possíveis subjetivações. A vida sendo possibilidade de enfrentamento, objeto primeiro das práticas de liberdade. Desta maneira, Foucault pôde dizer nesta mesma obra: “o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida,

entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. [...] a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la.”

Assim, surge a vida como questão, como objeto de uma arte, de uma prática, de uma estética, possibilitando modos de vida diferentes, coletivos ou individuais. A vida como uma preocupação, como objeto de escolhas ético-políticas, e não uma forma qualquer de esteticismo. Arte, isto é, uma técnica que visa um determinado fim, um determinado efeito, uma transformação das relações mais imediatas que constituem a vida, a existência, o si dos sujeitos, enquanto sujeitos de determinada conduta, de determinada ação. A estética da existência é, antes de tudo, o início de uma problematização, que põe em dúvida aquilo mesmo que nós somos hoje, ou o que gostaríamos de ser. Perguntando-se, através das técnicas que nos constituem, o custo de realizar aquilo que nos tornamos.

Palavras-chave: Foucault; Estética da existência; Ética; Modos de vida; Filosofia política.

Michel Foucault: uma História inusitada

Miguel Ângelo Oliveira do Carmo – PPGF-UFRJ

O presente texto procura trazer a relação mais precisa possível entre a prática da história e o conceito de acontecimento em Michel Foucault. Acreditamos que uma análise de tal precisão, na obra do filósofo francês, ganha importância nem tanto pelo seu trabalho no campo da história, pois o mesmo já se faz bem conhecido, mas no trazer à tona de uma questão pouco abordada em seus escritos: o tema do acontecimento. Colocando as coisas de uma maneira mais direta, podemos fazer a seguinte questão: em que sentido o conceito estóico de acontecimento permitiu a Foucault a realização de um outro modo de se fazer a história e como esta, através da sua prática, se relaciona com o acontecimento? Muito se disse sobre um “Foucault historiador”, termo que o próprio rejeitava, mas poucas abordagens trabalham e trazem à luz uma certa proximidade com a questão do acontecimento, geralmente visto como conceito lateral na prática filosófica de Foucault. Nesse sentido, tal trabalho tenta evidenciar a importância do acontecimento através da história, isto é, fazer uma análise das noções como “descontinuidade”, “ruptura”, “prática”, “origem”, etc., e demonstrar o quanto essa relação trouxe a Foucault a realização de um domínio inusitado, pois estranho às narrativas comuns da história.

Palavras-chave: História, acontecimento, descontinuidade.

Qual o sentido de uma Ontologia Crítica de nós mesmos em Michel Foucault?

Rogério Luis da Rocha Seixas PPGF-UFRJ

A importância para Michel Foucault de se traçar uma **ontologia crítica de nós mesmos** se constitui no exercício de análise da constituição histórica da subjetividade moderna. A partir desta análise crítica, se possibilita a formulação de questões essenciais como: o que nós somos no momento presente? O que estamos fazendo de nós? Quais são as transformações que ocorrem a

nossa volta? E o que faço quando falo deste momento presente? Podemos destacar que se faz uma interrogação direta sobre a condição do nosso pertencimento ao nosso presente e como nos constituímos como “sujeitos modernos”. Foucault entende como tarefa da filosofia, se defrontar com estas problematizações, voltando-se não simplesmente para o que acontece no sentido puramente teórico de um olhar histórico sobre o presente, mas na realidade como uma possibilidade de transformação de nós mesmos, a partir deste olhar crítico. Temos então a noção de ethos filosófico como sendo uma atitude de modernidade, enquanto crítica para “diagnosticar o presente”, fazendo desta crítica um modo de agonística, onde os sujeitos racionais se reconhecem como autônomos e livres contra os efeitos abusivos do poder biopolítico. Deste modo, parece evidente em Foucault a necessidade de se buscar um outro tipo de filosofia crítica, que possa identificar as condições e as indefinidas possibilidades para transformação dos sujeitos. Daí a importância de um ethos filosófico próprio à ontologia crítica de nós mesmos perante uma modernidade marcada por uma racionalidade biopolítica, objetivando abrir brechas para tentativas criativas de novas formas de resistência contra os efeitos sutis das práticas deste poder.

Palavras-chave: Agonística; Biopolítica; *Ethos* Filosófico; Ontologia Crítica de Nós Mesmos.

Mesa Autonomia

Sexta-feira, 13 de novembro de 2009

Horário: 15:30 – 17:30

Por um Devir Revolucionário dos Indivíduos

João da Mata Rosa Cesse Neto – ISEG- UTL

A partir do conceito de “Materialismo Hedonista”, presente na obra do filósofo francês Michel Onfray, procuro analisar as possíveis formas de intervenção política na atualidade, após a derrocada dos partidos comunista no mundo, especialmente com a queda do Muro de Berlin. A influência libertária em seu pensamento faz valorizar a ação cotidiana em detrimento das formas de atuação das políticas tradicionais, como os partidos políticos e a democracia. Critica assim a associação exclusiva entre o poder e o Estado como locus privilegiado de ação política. Ao contrário, privilegia a ação de modo local, produzida no aqui-e-agora. Onfray defende com isso um devir revolucionário dos indivíduos como uma forma possível de ação libertária no presente. A partir de Maio de 68, Onfray vê o surgimento de uma ruptura epistemológica capaz de dividir, entre o velho e o novo, o homem e o humanismo de um lado e o indivíduo soberano apto a governar-se do outro lado. O surgimento de um ser singular e livre-pensador é entendido por ele, como um incessante movimento de transformação. A revolução à maneira de golpe de Estado está morta. Em seu lugar, o autor propõe a revolução pelo modo libertário, molecular. Segundo ele, o ideal arcaico de revolução social, entendido através da tomada do poder e da implantação de qualquer um outro, mesmo que este se afirme como libertário, não tem sentido. A esta utopia superada, o que lhe interessa é o instantaneísmo criador de identidades hedonistas em política, no ato de qualquer prática existencial do presente. A atitude libertária se dá no aqui-e-agora, em experiências que buscam relações horizontais, combatendo hierarquias que estabeleçam os jogos de poder, presentes tanto nas sociabilidades capitalistas quanto nas marxistas. Para tanto, a valorização do individualismo passa por uma oposição permanente a qualquer forma de poder que se coloque na relação com o outro, criando uma resistência contínua e uma insubmissão feroz.

Palavras-chave: Michel Onfray; Materialismo hedonista; Anarquismo; Individualismo

O que falta à igualdade de autonomia nas sociedades liberais?

Leonardo Diniz do Couto – PPGF-UFRJ

Em linhas gerais, podemos dizer que a autonomia é o conceito capital das sociedades liberais. Ela pode ser caracterizada como a possibilidade, que deve ser conservada a todo cidadão, de buscar a realização de sua concepção de bem sem sofrer interferências impeditivas externas. É a garantia, portanto, do comando da própria vida a todo e qualquer indivíduo racional.

Não exageramos se dissermos que, em tais sociedades, é papel do Estado garantir esta liberdade. Face à diversidade de projetos pessoais de vida, espera-se que ele assuma uma postura imparcial e tome, como diz Rawls, o pluralismo como um fato, uma marca intrínseca de

qualquer regime democrático. Agindo assim, segundo esta concepção, ele tratará a todos como iguais em liberdade, ou em autonomia, já que assumirá uma concepção de justiça neutra em relação às diversas concepções individuais de bem, situada exclusivamente no domínio do político.

Mas, será que uma postura imparcial ou indiferente do Estado já não significa, quando pensamos que em nossas sociedades alguns grupos são discriminados, um desrespeito à dignidade dos indivíduos a eles vinculados? Esta questão norteará nosso trabalho. Pretendemos, seguindo as observações de Walzer, mostrar que em sociedades marcadas pela diversidade cultural, para que os indivíduos sejam realmente iguais em autonomia, é preciso que, muitas vezes, os grupos aos quais eles estão vinculados sejam fortalecidos. Em outras palavras, pretendemos mostrar que se queremos uma sociedade mais igualitária em liberdades, devemos aprofundar o conceito de autonomia liberal tradicional, e igualar o status social de todos, pois é difícil acreditar que alguém que tem a sua imagem associada à inferioridade, porque é vinculado a um determinado grupo, tem as mesmas possibilidades de ação e escolha que uma pessoa que não tem.

Palavras-chave: igualdade, autonomia, status social.

Igualdade moral e política: Os caminhos para a definição de um conceito de justiça não-neutro

Fabio Alves Gomes de Oliveira – PPGF-UFRJ

O objetivo deste trabalho consiste em analisar e defender de que forma um conceito de justiça não-neutro se apresenta como a alternativa mais viável para as sociedades complexas contemporâneas. Trata-se, a partir disso, em assumir que o conceito de igualdade eleito tem por finalidade contemplar aspectos inerentes a cada agente. Ou seja, não somente em termos formais o conceito de igualdade deve ser requerido (contemplar a todos como iguais), mas deverá acatar elementos substantivos que fazem parte do conjunto de valores associados a este conceito e a cada concernido. Deste modo, neste trabalho pretendo configurar uma defesa em torno de um conceito de igualdade que deverá retornar elementos para a construção de um ideal de justiça abandonados desde Rawls, tal como o bem-estar de cada ator social como uma característica fundamental no ato de avaliação de um conceito de justiça.

Com isso, assumirei, na primeira parte deste trabalho, que a tese de que somos capazes de empregar um conceito neutro de justiça, ou seja, um conceito de justiça meramente procedural, não é possível. Em seguida, apresento o conceito de justiça substantiva como a alternativa filosófica que nos compromete ao mesmo tempo com a implementação de mecanismos de justiça reparadora. Por fim, pretendo demonstrar que o modelo de justiça apresentado vislumbra a melhor forma de encararmos a nova dinâmica social das sociedades contemporâneas e, com isso, tem a capacidade de promover mais eficaz e objetivamente o bem-estar de cada agente.

Palavras-chave: Igualdade, Justiça, moralidade, neutralidade.

Em cima das árvores: a Filosofia e o restante da cultura

Marcos Carvalho Lopes – PPGF-UFRJ

Rorty propõe que restrinjamos a categoria de filósofos aos intelectuais do século XX que tenham se sentido intrigados ou iludidos com a obra de Platão e Kant e que decidiram interessar-se pela filosofia para poder responder as perguntas que a leitura da obra destes autores havia lhes suscitado.

Os filósofos teriam se inspirado em Platão e/ou Kant, mas nem por isso seriam platônicos ou kantianos. As questões que emergem da leitura destes pensadores seriam uma espécie de perspectiva paradigmática que marcou a Filosofia, pelo menos no último século. O próprio Rorty procurou na Filosofia encontrar algum modo de conciliar virtude e conhecimento em uma única visão. A fuga do “solo comum” foi para Rorty a tentativa de acreditar em universais platônicos, nesse sentido, procurava se alinhar a definição que Platão oferece do filósofo no livro IV da *República* como “aqueles capazes de atingir aquilo que se mantém sempre do mesmo modo, e que aqueles que o não são, mas que se perdem no que é múltiplo e variável, não são filósofos” (*República* IV 484 a).

Rorty se desiluiu com as promessas da Filosofia e passou a caminhar em uma direção antiplatônica, deixando também de lado a pretensão kantiana de fundamentar a cultura. Rorty defendia a transformação da Filosofia em filosofia, assumindo uma dimensão finita e falibilista para qualquer conhecimento possível.

Nesse artigo quero examinar esta proposta de Rorty contrapondo-a a posição de Platão quanto à relação da Filosofia/filosofia com o restante da cultura e a questão de como ambos vêem o conhecimento. A primeira interrogação envolve a disputa entre filósofos e poetas. A segunda do embate entre filósofos e sofistas.

Palavras-chave: Metafilosofia, Rorty, Platão, Conhecimento, Narrativa.

Mesa Filosofia Política Aplicada

Sexta-feira, 13 de novembro de 2009

Horário: 18:00 – 20:00

Há solução para o antagonismo entre Redistribuição e Reconhecimento?

Priscila Teixeira de Carvalho – PPGF-UFRJ

As demandas por redistribuição são historicamente associadas à ideia de justiça social e emancipação política e econômica. São, em geral, devedoras da filosofia Marxiana, e estão desde a década de 1990 dividindo o cenário político com as reivindicações por reconhecimento da identidade, que se associam à ideia de florescimento humano e se inspiram na filosofia do jovem Hegel, na qual os teóricos do reconhecimento encontram a ideia de intersubjetividade associada à concepção de reconhecimento em bases morais. As duas concepções de justiça não ocupam a mesma agenda de reivindicações políticas e tampouco seus teóricos chegam a algum consenso sobre essa possibilidade. Mas será que é possível falarmos de injustiça tanto na dimensão econômica quanto na cultural? Elas podem ser um resultado da outra ou são absolutamente distintas? É possível compor essas agendas de reivindicações? Sobre que fundamento filosófico? Este trabalho pretende mapear o surgimento do suposto antagonismo entre “redistribuição e reconhecimento”, bem como apresentar a proposta da filósofa Nancy Fraser, que se pretende sustentar uma teoria crítica capaz de acomodar as duas agendas sociais, a partir da análise dos projetos filosóficos que as sustentam.

Palavras-chave: Reconhecimento, Identidade, Igualdade Social, Nancy Fraser.

Neutralidade versus Perfeccionismo. Uma pequena análise de duas respostas políticas para o problema do multiculturalismo

Paulo Roberto Falcão – PPGF-UFRJ

Um dos maiores desafios das democracias contemporâneas é lidar com o multiculturalismo. Na base desse fenômeno está o desacordo moral permanente e o pluralismo de valores. Esse problema encontra respostas diferentes para duas correntes democráticas que pretendo analisar: a democracia deliberativa e o liberalismo político, também conhecido como democracia liberal.

Essa discussão vem se desenvolvendo no âmbito das teorias democráticas e liberais e tem merecido muita atenção desde a obra “Uma Teoria da Justiça” de John Rawls, lançada em 1971. Ou seja, esse debate, que continua vívido, está próximo de completar 40 anos. Esse trajeto foi marcado, muitas vezes, pela falta de clareza e, também, pela falta de boa vontade de ambos os lados em tentar entender os pontos de discórdia. Atualmente, os pontos de discordância se tornaram mais claros e há, a meu ver, um ambiente propício para tentativas de se mesclar elementos de uma teoria neutral com o perfeccionismo, mesmo em aspectos considerado fundamentais.

Os democratas deliberativos acreditam que os cidadãos devem levar questões bastante controversas para a arena política, inclusive questões muito específicas de determinado segmento social. Já os democratas liberais acreditam que uma posição neutra, com relação aos valores dos diversos grupos sociais, cria um ambiente mais favorável para o pluralismo razoável. Todavia, essa posição tende a evitar questões controversas, diminuindo a agenda política.

Nessa apresentação, pretendo traçar algumas características da neutralidade e do perfeccionismo político, apontando os atritos substantivos e algumas vantagens e desvantagens de ambos. Por fim, pretendo debater com o público qual seria a melhor alternativa para o problema do desacordo moral permanente. Essa resposta eu ainda não tenho. O debate pode ser assim resumido: perfeccionismo moral *versus* neutralidade; agenda política robusta *versus* agenda política mínima.

Palavras-chave: justiça; liberalismo; desacordo moral; neutralidade; perfeccionismo.

Transparência na Administração Pública: considerações sobre a atuação dos agentes públicos no Estado Democrático

Jacqueline de Souza Gomes – PPGF-UFRJ

A chamada “transparência administrativa”, reflexo da aproximação entre ética e direito, já consta como princípio no art. XV da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que determina ser direito da sociedade solicitar a prestação de contas de sua administração a qualquer agente do poder público. Assim, o gestor de políticas públicas, seguindo lições de Amartya Sen, têm duas razões (inter-relacionadas) para se interessar pelos valores da justiça social. A primeira pressupõe que a justiça persiste como um conceito central na identificação de objetivos e metas das políticas públicas ao mesmo tempo em que é fundamental no processo de definição dos instrumentos apropriados para o alcance dos fins escolhidos. A outra razão baseia-se na idéia de que políticas públicas dependem do modo como se comportam indivíduos e grupos na sociedade e devem considerar não apenas as exigências de justiça e o alcance dos valores ao se optar por certos objetivos e prioridades, mas também os valores dos indivíduos. Neste sentido, nosso intento é comentar a reforma da administração pública gerencial brasileira como resposta às mudanças advindas da globalização econômica e da crise do Estado. A idéia é, pois, repensar criticamente as funções do Estado e seu aparelhamento burocrático.

Palavras-chave: Ética, Direito, Administração Pública, Estado.

O princípio do consentimento e a possibilidade de uma moralidade secular: questões da sociedade pluralista

Daiane Martins Rocha – PPGF-UFRJ

Obras como *De revolutionibus orbium coelestium*, de Nicolau Copérnico (1543) e *On the origin of species*, de Darwin (1859), foram decisivas para a transformação de um ambiente canônico em secular, visto que, a primeira obra tirava o homem do centro do universo, enquanto que a segunda tirava a espécie humana da privilegiada posição no desenvolvimento da vida, levando ao questionamento da concepção de uma origem divina. Com isso surge o pensamento iluminista,

trazendo consigo uma espécie de esperança progressista de que a razão poderia nos revelar os cânones de uma vida boa sem se comprometer com qualquer moral particular. Porém, ao invés de promover uma moralidade comum, o iluminismo originou diversas correntes de pensamento divergentes, de modo que, não apenas houve uma descristianização, mas também certo “declínio ou obscurecimento do sentido moral”, como escreve Engelhardt em *Fundamentos de Bioética* (São Paulo: Loyola, 1998, p. 31). Deste modo, as sociedades ocidentais contemporâneas se tornaram seculares e pluralistas, como resultado de todas essas mudanças históricas quanto à antiga hegemonia do pensamento cristão e difusão de diferentes concepções de mundo provenientes do iluminismo. Assim, o panorama com o qual se depara a bioética contemporânea, segundo Engelhardt, é de “ceticismo, perda de fé, convicções persistentes, pluralidade de visões morais e crescente desafio das políticas públicas” (*Idem, Ibidem*), o que o autor chama de caos moral. Com este pano de fundo, a proposta de Engelhardt é pensar em uma moralidade comum que possa unir estranhos morais, visto que, em sociedades onde a moral não se baseia como um todo em Deus ou na razão, os sujeitos morais se encontram como indivíduos e somente seu consentimento poderia basear o reconhecimento de uma moralidade secular.

Palavras-chave: pluralismo; autonomia; moral; consentimento.